

# Ditadura

## O dever de explicar

**Comissão da Verdade** Um avanço que chega com 25 anos de atraso. Assim o professor do Departamento de História da UFRGS Enrique Serra Padrós definiu a Comissão Nacional da Verdade, cujo projeto de lei aguarda análise pelo Congresso. Em seu primeiro artigo, a proposta estabelece que a Comissão irá “efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”.

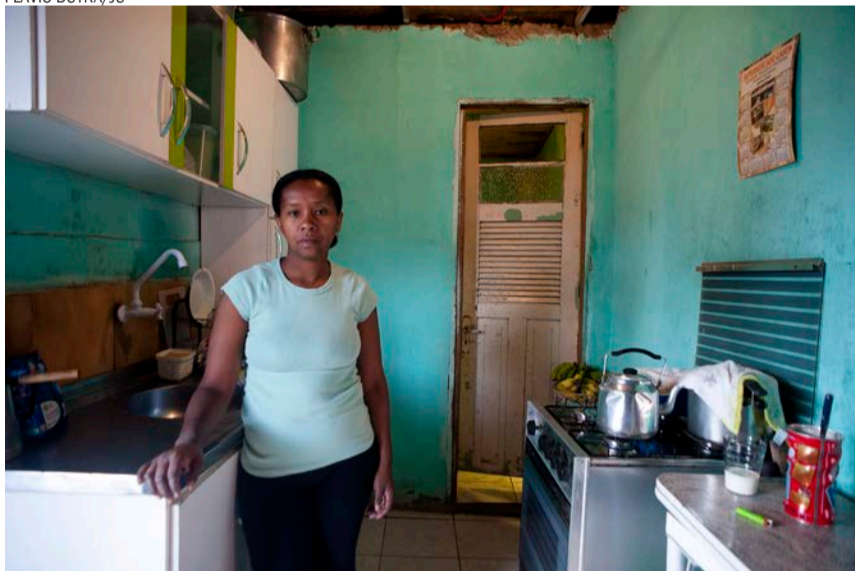
No entanto, qualquer tipo de punição está descartado pelo projeto. Essa limitação, no entendimento do professor José Alcebíades de Oliveira Junior, do Departamento de Direito Público e Filosofia do Direito da Universidade, resulta num paradoxo, já que os órgãos internacionais de defesa dos Direitos Humanos consideram que não são válidas as autoanistias presenteadas pelos regimes sucessores das

ditaduras. Para Suzana Lisboa, integrante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, os familiares querem que o governo assumira a responsabilidade sobre os desaparecimentos, buscando os corpos, dizendo quem os matou e como morreram. Já a ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), Maria do Ro-

**Página Central**

sário, diz que o governo defende um debate transparente, no qual a verdade venha à tona. “Precisamos saber exatamente o que aconteceu e, principalmente, onde estão os corpos daqueles e daquelas que deram as suas vidas pela luta democrática. As famílias deles têm o direito de enterrar seus parentes com a dignidade e as homenagens merecidas”, afirma.

FLÁVIO DUTRA/JU



### QUESTÃO DE SAÚDE

## As dificuldades no combate à tuberculose

Considerada um grande problema de saúde pública no Brasil e na América Latina, a doença parece longe de ser erradicada até 2050, conforme preconiza a Organização Mundial da Saúde. Em 2010 foram registrados 70.300 casos novos no país, o que nos coloca no 19.º lugar em taxa de incidência em âmbito mundial. Já

na capital gaúcha os dados apontam uma média acima dos 110 casos por 100 mil habitantes. Na opinião da coordenadora do Programa de Controle da Tuberculose de Porto Alegre, Elaine Black Ceccon, a origem desse quadro começa com o diagnóstico tardio. Além disso, frequentemente, os doentes continuam convivendo

com outras pessoas, tornando-se foco transmissor da doença. O tratamento leva seis meses, com chance de cura em 98% dos casos. Porém, lá pelo terceiro mês, os pacientes julgam poder abandonar os medicamentos por já se sentirem melhores. Mas essa sensação de melhora não representa cura. **P11**

Mariliane Elisabete dos Santos teve de refazer o tratamento para a doença e hoje está curada

### BOLSAS

## UFRGS cria nova modalidade para alunos de graduação

Tendo identificado a escassez de funcionários em seus laboratórios, a Universidade decidiu financiar uma nova modalidade de bolsas, pioneira no país. Destinada a estudantes de graduação, as bolsas IE-Multi oferecerão treinamento para que os alunos contemplados prestem atendimento nos laboratórios multiusuários. Espaços como o Centro de Microscopia Eletrônica (CME) possuem equipamentos de alta complexidade que requerem manejo especializado. As IE-Multi terão duração de dois anos e remuneração mensal de 600 reais. Conforme explica o pró-reitor de Pesquisa da UFRGS, João Edgar Schmidt, a produtividade dos espaços multiusuários será acompanhada, a fim de verificar se houve aumento no número e na qualidade dos atendimentos e conferir se os usuários estão satisfeitos. “A partir de um resultado positivo, tentaremos aumentar o número de alunos que podem atuar nesse tipo de bolsa, criando uma rede de atendimento bem estruturada”, informou o

pró-reitor. **P7**

### TRANSPORTE PÚBLICO

## Site colaborativo utiliza a informação como ferramenta

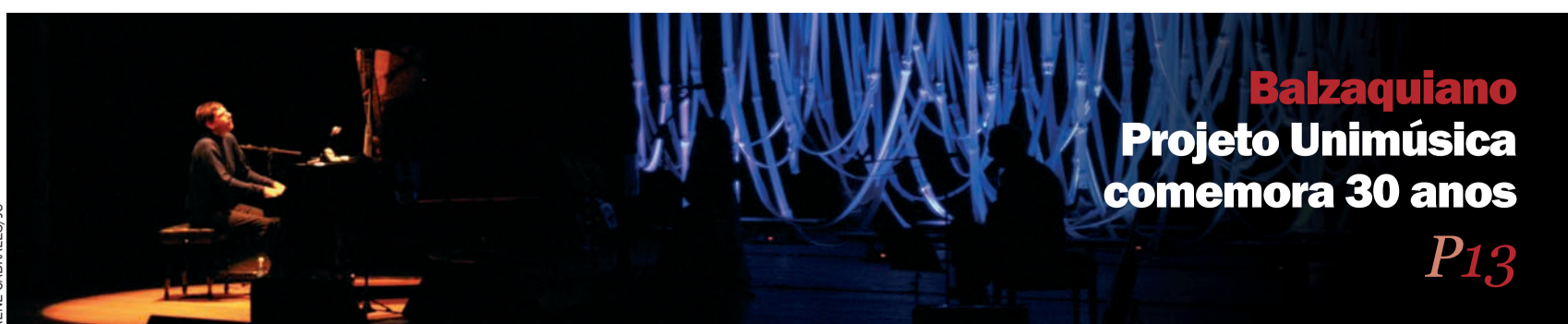
Quando o aluno do curso de Ciência da Computação Bruno Jurkovski criou o site Poabus, pensou numa forma de auxiliar as pessoas que dependem do transporte público da capital, mas não imaginou a repercussão que a iniciativa teria nas redes sociais. O site ([www.poabus.com.br](http://www.poabus.com.br)) permite ao usuário descobrir com rapidez o trajeto e as respectivas paradas das linhas de ônibus que cruzam a cidade. Nos próximos meses, o estudante pretende acrescentar outras funcionalidades ao site, como

as opções de poder combinar linhas e deixar comentários pessoais sobre a qualidade do transporte utilizado. Para o professor do Departamento de Engenharia de Produção e Transporte da UFRGS João Fortini Albano, o sistema de transporte coletivo de Porto Alegre deixa a desejar, pois atende de forma média para precária aos interesses dos usuários. O docente entende que melhorar a frota de ônibus pode ter uma consequência positiva para o trânsito caótico das grandes cidades. **P6**

### ENTREVISTA

## Economia do país empolga pesquisador estadunidense

O professor Tyler Cowen, da *George Mason University*, esteve na Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, analisando os rumos da economia brasileira. Para ele, o clima de empreendedorismo e otimismo tem impacto positivo sobre o desempenho do Brasil, colocando-nos em posição privilegiada no cenário mundial. Cowen acha também que a melhora de nosso sistema educacional resultará em avanços no campo político. **P5**



## Balzaquiano Projeto Unimúsica comemora 30 anos

**P13**

**português** Professores querem políticas que promovam a língua **P2**

**Jornalismo** As relações com o poder e a defesa do interesse público **P4**



## Espaço da Reitoria

Sérgio Roberto Kieling Franco  
Secretário de Educação a Distância

# EaD na UFRGS: inclusão, qualidade e vanguarda

Um dos destaques a se fazer a respeito da recente expansão da educação superior pública é o papel da oferta de cursos a distância protagonizados pelos programas federais, como o ProLicenciatura e o Sistema Universidade Aberta do Brasil. No último período de formaturas da UFRGS, cerca de 600 alunos se graduaram nos cursos de Pedagogia e Administração a distância. A maioria deles, não fosse a possibilidade de estudar a distância, jamais teria a oportunidade de ser aluno da nossa instituição, principalmente em razão do local em que vivem e trabalham, afora a impossibilidade de frequentarem um curso nos horários convencionais. Foram destaques, nos discursos de todas as turmas, o rigor acadêmico e o esforço enorme para fazer jus à qualidade do curso proposto por nossa

Universidade.

Tais testemunhos apontam que, quando a UFRGS decidiu pela oferta de cursos na modalidade EaD, tomou um rumo acertado, seguindo sua vocação de atendimento às necessidades da população, promovendo inclusão sem abrir mão da excelência acadêmica.

Há de se ressaltar que o destaque da EaD na nossa Universidade não está somente na oferta de cursos de graduação, de pós-graduação *lato sensu* e de extensão universitária, já tão difundidos, mas no papel que ela tem exercido na modificação e no aperfeiçoamento das práticas pedagógicas também no ensino presencial. Isso ficou bem expresso no nosso Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), quando se afirmou que “oferecer

cursos a distância não significa abrir mão da presencialidade, mas substituí-la quando possível e desejável pedagogicamente”.

Com espírito de vanguarda, a UFRGS vem diversificando o seu ensino, promovendo a integração cada vez maior das tecnologias de informação e comunicação nos processos didáticos, com um destaque particular para o papel protagonista de professores e alunos, que têm possibilitado a construção de modelos diversificados, atendendo às necessidades das distintas áreas de conhecimento e dos diferentes contextos. Ainda há muito que caminhar, mas podemos dizer que estamos construindo um novo fazer pedagógico, que supera a diferenciação das modalidades, promovendo um ensino sintonizado com os novos tempos e com as novas gerações.

**UFRGS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farrapalha, Porto Alegre - RS | CEP 91046-900  
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

**Reitor**  
Carlos Alexandre Netto  
**Vice-reitor**  
Rui Vicente Oppermann  
**Chefe de Gabinete**  
João Roberto Braga de Mello  
**Secretário de Comunicação Social**  
Flávio Porcello

JORNAL DA UNIVERSIDADE  
Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS  
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497

**Conselho Editorial**  
Cassiano Kuchembecke Rosing, Cesar Zen Vasconcellos, Daltro José Nunes, Edson Luiz Lindner, Fernando Cotanda, Flávio Porcello, Maria Heloisa Lenz, Maria Henriqueta Luce Kruse, Ricardo Schneiders e Rudimar Baldissera

**Editora-chefe**  
Ánia Chala  
**Repórteres**  
Caroline da Silva, Everton Cardoso e Jacira Cabral da Silveira  
**Projeto gráfico e diagramação**  
Juliano Brunni Pereira  
**Fotografia**  
Cadinho Andrade, Flávio Dutra  
**Revisão**  
Antônio Falcetta  
**Bolsistas**  
Dalane de David, João Flores da Cunha e Luiz Eduardo Kochhann  
**Circulação**  
Márcia Fumagalli  
**Fotolitos e impressão**  
Gráfica da UFRGS  
**Tiragem**  
12 mil exemplares

## Mural do leitor

### O livro do MEC ensina a falar errado? NÃO!

Nos últimos dias, o livro “Por uma Vida Melhor”, da Coleção Viver, Aprender – adotado pelo Ministério da Educação (MEC) e distribuído pelo Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD-EJA) – tem alimentado acesa polêmica na mídia brasileira. O alvo de críticas é um trecho do capítulo “Escrever é diferente de falar” (<http://migre.me/4Co39>) que afirma “Você pode estar se perguntando: ‘Mas eu posso falar ‘os livro?’ Claro que pode. Mas fique atento, porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico [...] Muita gente diz o que se deve e o que não se deve falar e escrever, tomando as regras estabelecidas para a norma culta como padrão de correção de todas as formas linguísticas”. Frente às interpretações que consideramos equivocadas a respeito de “Por uma Vida Melhor”, muitas vezes embasadas na descontextualização de passagens

e de afirmações do livro, defendemos que o capítulo “Escrever é diferente de falar” cumpre o papel da escola: o de ensinar a norma culta, tarefa que implica promover uma reflexão sobre a diferença entre a fala e a escrita. Os exemplos da variedade popular, como “Nós pega o peixe” e “Os livro ilustrado mais interessante estão empastado”, são usados para refletir sobre variedades que o aluno já conhece e sobre diferentes contextos em que são usados para, com base nessa reflexão, ensinar outras variedades, preferidas em outros contextos. Para desenvolver a consciência linguística dos alunos, o capítulo mostra como:

- não há um único jeito de falar e escrever;
- existem variações linguísticas regionais e sociais;
- a língua é instrumento de poder, e a norma culta é a variedade prestigiada;
- não existe certo e errado e, sim,

mais ou menos adequado a diferentes situações de comunicação;

- o uso de diferentes variedades causa diferentes efeitos de sentido dependendo do nosso interlocutor, e pode implicar exclusão.

Entendendo que o objetivo da escola é inserir o aluno no mundo da escrita e do uso da norma culta, por meio do ensino da leitura e da compreensão de textos, não há dúvida de que o livro permite alcançar essa meta: é um instrumento para a reflexão e para o ensino da variedade culta, promovendo a oportunidade de o aluno aprender a escolher como se expressar nos diferentes campos de atuação em sua vida. O referido capítulo mostra a riqueza e a variedade de nossa língua e assume que todos nós sabemos falar português e que precisamos aprender a variedade de prestígio para que essa também possa ser uma das nossas escolhas linguísticas.



► **Círculo Educação Linguística**  
Grupo surgido em Porto Alegre (RS), em meio aos debates sobre a polêmica na mídia brasileira provocada pelo livro “Por uma Vida Melhor”. Novas manifestações do Círculo sobre a função social da escola contemporânea em promover o letramento e a educação linguística serão publicadas no blog <http://educacaolinguistica.blogspot.com/>.

[jornal@ufrgs.br](mailto:jornal@ufrgs.br)

## Atenção: mudança de endereço

Os servidores que desejarem ter seus endereços alterados para recebimento de correspondências da UFRGS, como o Jornal da Universidade e o contracheque, devem dirigir-se à Divisão de Cadastro e Registro da Prorreatoria de Gestão de Pessoas (Av. Paulo Gama, 110 - 4.º andar). Mais informações pelo telefone 3308-3045.

## Artigo

# Políticas para tratar o patrimônio linguístico como recurso

Na condição de cidadãos e especialistas em questões de linguagem e sociedade, encaminhamos ao governador Tarso Genro nossa sugestão de veto ao Projeto de Lei 156/2009 tão logo tivemos notícia de sua aprovação pela Assembleia Legislativa. A proposta pretendia, em artigo que foi vetado, instituir a obrigatoriedade da tradução de expressões ou palavras estrangeiras para a língua portuguesa no estado do Rio Grande do Sul.

Temos participado de crítica pública e organizada a projetos de lei semelhantes, com destaque para o PL Federal 1.676/1999, do deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB/SP), bem como de outras ações voltadas para propostas positivas de organização de políticas públicas relativas ao patrimônio linguístico brasileiro.

Como linguistas, professores universitários e formadores de professores de Língua Portuguesa no Brasil e no exterior, entendemos que não é imperioso proteger a língua portuguesa, mas sim promovê-la. O PL 156/2009, além de inócuo quanto aos efeitos pretendidos, poderia servir de instrumento para perseguição casuística, como

ocorreu no Estado Novo. No fórum “O Governo Escuta”, realizado em 11 de maio no Palácio Piratini, reiteramos nossos pareceres, alertando o governador para o julgamento de inconstitucionalidade de lei estadual com teor semelhante no Paraná. Destacamos ainda a impossibilidade de aplicar com rigor a obrigatoriedade de tradução, por falta de critérios seguros que estabeleçam o que é ou não um estrangeirismo, o que pode ou não ser aceito numa grafia ou outra. Propusemos, por outro lado, que o estado dê exemplo aos cidadãos, produzindo comunicação escrita clara e correta em língua portuguesa, a começar por textos singelos como placas de trânsito. Quanto ao uso de estrangeirismos evidentes, sugerimos que se aliciem, por exemplo, as razões para *home banking*, *office banking*, *online*, *site*, *chip* e *leasing* no portal de internet do Banrisul.

Mais que isso, protocolamos em 18 de maio uma carta aberta ao governador Tarso Genro (disponível em <http://migre.me/4BR9X>), com recomendações de “Políticas linguísticas para o nosso Estado”. Acreditando que boas políticas linguísticas são um

caminho para relações mais democráticas e, assim, para a plena cidadania, formulamos linhas de ação com bases realistas e tecnicamente defensáveis, que promovam a língua portuguesa e as demais línguas do patrimônio linguístico brasileiro, muitas das quais faladas no Rio Grande do Sul.

No documento, propomos avançar para além de políticas linguísticas de defesa, na direção de políticas de promoção, nas quais o estado adote uma visão de língua como recurso em vez de problema. Sugerimos 13 objetivos para a materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa, entre eles: comunicação do estado em enunciados corretamente redigidos, conforme a norma escrita da língua, em linguagem acessível à compreensão de todos, desde os documentos da administração dirigidos aos cidadãos, publicidade e portais de internet de órgãos do estado até placas de trânsito; melhoria das condições de ensino e de aprendizagem da língua portuguesa, com um computador por aluno e bibliotecas escolares bem aparelhadas em todas as unidades das redes públicas, programas educativos de rádio

e televisão que tratem dos usos e do ensino de língua portuguesa, visando à educação linguística dos agentes públicos e da população em geral quanto à renovação do ensino do idioma. Para promover o reconhecimento e a valorização das diversas outras línguas faladas por comunidades gaúchas, instamos o estado a levar adiante o que prevê recente Lei Federal que institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística.

Quando as complexidades da nossa realidade linguística chegam de supetão ao debate público nacional em discussão ainda controversa sobre o ensino de Língua Portuguesa, nos alegramos em levar à coletividade rio-grandense e brasileira propostas alentadas pelos avanços intelectuais arduamente conquistados nos estudos da linguagem em nossa comunidade acadêmica.

**Pedro de Moraes Garcez\***  
**e Ana Maria Stahl Zilles\*\***

\*Professor de Linguística e Ensino do curso de Letras da UFRGS / \*\*Professora de Linguística da Unisinos, aposentada da UFRGS





FABIANO DUTRA/JU

**“No Brasil, os jovens querem ser astros de rock ou jogadores de futebol. Precisamos deixar a ciência mais pop para que eles também desejem ser cientistas”**

## Pensando o futuro

# Bolsista propõe rede de jovens cientistas

“Sempre tive bastante curiosidade, e ela é que move o interesse pela ciência.”

Assim o estudante do 3.º semestre do curso de Farmácia da UFRGS William Lopes explica sua rápida inserção como membro do grupo de pesquisa do Laboratório de Biofilmes e Diversidade Microbiana (LBDiM), monitor do Departamento de Produção de Matéria-prima no Laboratório de Tecnologia Bioquímica e bolsista de Iniciação Científica em um projeto de pesquisa coordenado pelo professor Alexandre José Macedo junto ao Centro de Biotecnologia da Universidade.

Aos 21 anos, o ex-aluno da Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, em Novo Hamburgo, conta que a paixão pela ciência começou em um curso no qual o professor Macedo apresentou um perfil da biotecnologia na indústria, na saúde e também na academia. Depois disso, incentivado por Carla Kereski Ruschel, professora de microbiologia em sua escola, William levou

adiante uma ideia de projeto sobre biorremediação [técnica que consiste na aplicação de processos biodegradáveis no tratamento de resíduos para recuperar ambientes que sofreram impactos negativos]. “A partir daí, desenvolvi um projeto na área de tratamento de efluentes. Descobri que gostava do procedimento científico e me inscrevi na 23.ª edição da Mostra Internacional de Ciências e Tecnologia (Mostratec), uma das maiores feiras de jovens cientistas da América Latina, conquistando o 1.º lugar na classificação geral e por área em 2008”, relata o estudante.

William fez sua estreia no Salão de Iniciação Científica do ano passado, ganhando um prêmio destaque: “Achei interessante a aproximação que o Salão proporciona entre os estudantes, porque a linguagem científica é simples. Apesar de existirem níveis diferentes, ela é uma linguagem bastante familiar e todo mundo fala a mesma língua, claro que cada um a partir do seu estágio”.

Questionado sobre as dificuldades

do ensino da ciência em nosso país, ele responde rápido: “Para mim, o verdadeiro processo científico é aquele que faz com que os estudantes sejam capazes de manter a mente aberta para enxergar as possibilidades ao fazer a sua pesquisa. Não é simplesmente o conhecimento ‘engolido’. A questão é fazer com que eles não aceitem uma explicação do tipo ‘isso é assim porque é assim’. Mas para isso é preciso não ter medo de questionar, exercitar a arte da crítica, que não pode ser vista como algo negativo”. William diz que a crítica é uma grande aliada de todo o processo de formação científica. Por isso, ele considera que, quando o professor instiga um aluno a duvidar, ao invés de dar-lhe respostas prontas, está sendo muito mais ativo no processo de torná-lo um cientista. “Acho muito importante estimular o aluno a duvidar, a pensar, a criticar, a ter prazer por arriscar, porque no meio científico a gente está sempre exposto ao risco. Eu vou estudar um processo, e o resultado pode levar minha hipótese por água abaixo.

Mas esse resultado negativo permite um crescimento muito grande para quem participa do processo.”

No início deste semestre, William teve a ideia de criar uma associação que reúna jovens cientistas para criar uma corrente nacional de jovens ajudando jovens, algo como uma “SBPC da gurizada”. A ideia é juntar quem está começando no campo da ciência. “No Brasil temos fomento à ciência jovem, temos jovens fazendo ciência, mas não temos a unificação dos jovens que fazem ciência. Existe uma fragmentação muito grande no meio científico; cada um faz ciência em um canto. Então, não temos como traçar um perfil desses jovens”, explica o estudante.

A entidade, sem fins lucrativos, deve ser criada ainda neste ano, reunindo também ex-participantes de feiras científicas. Entre os objetivos da associação, está a preparação de jovens para pesquisar e concorrer em eventos como a Mostratec e a Feira Brasileira de Ciências e Engenharia (Febrace).

### Carreira

#### Universidade lança avaliação de desempenho

No final de 2011, a Universidade realizará seu primeiro ciclo de avaliação de desempenho dos técnicos administrativos. Conforme Eliana Ventorini, coordenadora da Coordenação de Concursos, Mobilidade e Acompanhamento da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas, nos dias 18 e 19 de maio foram realizadas oficinas de capacitação com os representantes dos Núcleos de Avaliação de cada unidade acadêmica ou administrativa. Esse grupo vai coordenar o processo de pactuação de metas em cada setor da instituição, com a ideia de que ele seja o mais participativo possível. Eliana salienta que, até final de junho, todas as unidades devem encaminhar à PROGESP o seu plano de metas, a fim de que as progressões funcionais dos técnicos sejam pagas imediatamente.

### Portas Abertas 2011

#### Estudantes de todo o estado visitam a UFRGS

Em 14 de maio a Universidade promoveu mais uma edição do projeto Portas Abertas. A atividade, que em 2010 recebeu cerca de 8 mil visitantes, tem como objetivo apresentar a UFRGS a quem está se preparando para escolher uma formação profissional de nível superior e também à comunidade em geral. Centenas de professores, técnicos administrativos e estudantes universitários foram mobilizados nos quatro câmpus para mostrar como funcionam faculdades, grupos de ensino e pesquisa, bibliotecas, espaços de convivência, cultura e lazer, salas de aula e laboratórios.



FABIANO DUTRA/JU

No Câmpus do Vale, o público visitou mostras de trabalhos de alunos

Neste ano, as mais de 200 escolas inscritas puderam fazer visitas guiadas pelas unidades acadêmicas, assistir a palestras sobre os cursos, simulações, oficinas, peças de teatro, orientação sobre profissões, mostras de trabalhos de alunos e demonstrações de expe-

rimentos e pesquisas. A programação também incluiu atividades culturais desenvolvidas especialmente para os visitantes, como um minicurso de japonês no Instituto de Letras e masterclasses de canto e de instrumentos no Instituto de Artes.



**UFRGS TV**

### Multiponto

#### Democracia e Direitos Humanos

“Direitos Humanos têm a ver com o respeito de todos os direitos políticos, de todos os direitos civis e de todos os direitos sociais que garantam a vida digna das pessoas.” A partir dessa ideia de Enrique Serra Padrós, professor do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, o programa Multiponto apresenta um debate que procura repensar como as consequências da ditadura militar interferem nos modelos de democracia e direitos humanos atuais, principalmente em países da América Latina.

Contando com o depoimento de gente que presenciou e sofreu as mazelas dos períodos ditatoriais, o programa se preocupa em discutir os conceitos de democracia e de direitos humanos, mostrando variados pontos de vista de uma mesma realidade, defendidos por pessoas de diferentes locais e épocas. Segundo Caroline Bauer, integrante do Movimento pela Abertura dos Arquivos da Ditadura, o fato de se elaborarem novas perguntas e questionamentos, a partir das novas posições de uma nova geração, fez com que os políticos assimilassem essas causas e então propusessem uma mudança.

“A ausência da verdade praticamente elimina a prática da liberdade, porque o direito à informação e o direito de conhecer a história de um país, a história de um povo, são fatores que permitem a opção pela liberdade, pela democracia”, diz Luis Puig, deputado uruguaio, evidenciando a intrínseca relação entre verdade e liberdade.

A defesa da liberdade passa pela compreensão do desconhecimento resultante da “política do esquecimento”, que produz uma coletividade com valores equivocados. “Não existe democracia plena em um país em que pessoas boas convivem com assassinos. Sabemos que roubaram, torturaram, mataram – e estão livres. Que exemplo pode ser isso para a juventude?”, acredita Estela de Carlotto, presidente da Asociación Abuelas de Plaza de Mayo.

Resgatando histórias pessoais, o Multiponto abre espaço para a pluralidade de opiniões acerca de um tema tão relevante. Pelo viés das marcas das ditaduras no Cone Sul, discute-se a importância de se preservar a memória aliada à verdade e à justiça. Como declarou Luis Puig, “se não houve fronteiras para a repressão, tampouco deve haver para a memória, a justiça e a verdade”.

\*Bruna Oliveira e Isadora Jacoby, estudantes do 3.º semestre de jornalismo da Fabico

### Assista aos programas

Para saber mais sobre o debate proposto a respeito de democracia e direitos humanos, assista ao programa Multiponto da UFRGS TV, a ser exibido em duas partes, nos dias 2 e 9 de junho, pela UNIV, canal 15 da NET POA, às 20h, com reprise às 23h.





# Uma relação polêmica

**Jornalismo x governo** *Entre a liberdade e o cerceamento da imprensa, os governantes encontram-se no centro do debate sobre que postura adotar sem abalar a democracia*

Everton Cardoso

“Prefiro o barulho da imprensa livre ao silêncio das ditaduras.” A frase dita pela presidenta Dilma Rousseff em seu discurso de posse diante do Congresso Nacional soou, para muitos, como a reafirmação de um compromisso fundamental no sistema democrático: com a liberdade de imprensa. Para outros, pareceu mais uma tentativa de acalmar os ânimos, depois das várias reclamações de seu antecessor no cargo sobre as críticas recebidas do jornalismo, enquanto este exercia seu papel de observador e crítico do desempenho dos governantes e de guardião do interesse público.

Por essas funções que remontam aos séculos XVII e XVIII, quando da queda do Antigo Regime e da substituição pelo modelo de Estado Moderno, a relação do poder com o jornalismo tem sido complexa e servido de tema frequente para discussões acaloradas. Analista da imprensa, principalmente da ética e da comunicação pública, o jornalista Eugênio Bucci diz que “o governo não é editor de notícias, não é mediador do debate público e deve se preservar da tentação de sê-lo”. O que se percebe, porém, no cenário brasileiro, é que quem está no poder tende a acreditar que não há espaço suficiente para a divulgação de suas realizações. Esquece-se de que o governante é um servidor público e que “o direito dele está subordinado a outro, que é o de a sociedade ser informada sobre o que vai mal no governo. O que vai bem é aquilo que vem sendo operado de acordo com a lei. E nós esperamos que todos os dias os agentes públicos acordem, cumpram a lei e durmam à noite. Se algum deles desvia do caminho, nós temos que saber, e aí a Comunicação Social é muito importante”.

Para Bucci, os governantes, quando creem ter direito de comunicar seus feitos, entram em um terreno perigoso. “A questão aqui é simples: se o jornal é bom ou ruim, isso não é problema do governo; ele não tem que se ocupar disso. Quem o faz é a sociedade. Ela é quem decide se está satisfeita com esse produto. E se o governo foi caluniado, que tome as medidas legais.” Apesar da necessidade de ser livre, para ter credibilidade o jornalismo precisa ser transparente, tal qual o Estado. É preciso, portanto, que a imprensa seja fiscalizada. A pergunta que surge, então, é “quem deveria vigiar, criticar e debater a atuação da imprensa?”. A resposta do professor universitário e pesquisador é enfática: “Jamais a autoridade pública; isso configuraria censura”.

**Imprensa em observação** – Dentre as alternativas existentes no Brasil para a fiscalização do trabalho jornalístico, Bucci destaca o *Observatório da Imprensa*, “uma iniciativa muito meritória, quase heroica, do Alberto Dines e dos jornalistas que o ajudam nisso”. Com o

site [www.observatoriodaimpresa.com.br](http://www.observatoriodaimpresa.com.br), um programa de televisão semanal exibido por 26 emissoras educativas de todo o país e um programa de rádio diário em emissoras de Brasília e do Rio de Janeiro, o *Observatório* analisa a atuação do jornalismo nacional de forma independente. Outro exemplo apontado pelo pesquisador é a figura do *ombudsman* – jornalista que recebe as queixas dos leitores e faz a crítica do jornal e dos meios de comunicação. A Folha de S. Paulo, baseada nas experiências de publicações internacionais como *El País* (Espanha) e *The Washington Post* (Estados Unidos), foi pioneira no Brasil e criou o cargo em 1989.

Sobre o projeto de instituir um Conselho Federal de Jornalismo, tem posicionamento firme: contrário, se a iniciativa for vinculada ao poder público. “Não há nada de errado em os jornalistas se organizarem em entidades de classe. Isso muitas vezes é até positivo. Porém, a tentativa recente de um conselho tinha um patrocínio governamental que não fazia muito bem a linha divisória entre imprensa, sindicatos e Estado; além disso, tampouco distinguia assessoria de imprensa e jornalismo – que são duas profissões diferentes.” O projeto a que ele se refere é de agosto de 2004, quando o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva encaminhou ao Congresso a proposta de criação de uma entidade que teria a função de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão e a atividade jornalística, inclusive com poder para aplicar sanções. O projeto gerou polêmica, ainda mais porque a relação entre governo e imprensa estava abalada pela ameaça de revogação do visto do jornalista Larry Rohter, correspondente do New York Times que abordara supostos abusos de álcool pelo mandatário brasileiro.

**Jornalismo em descompasso** – Ao refletir sobre a qualidade do jornalismo nacional, o professor estabelece dois padrões de comparação: com o que se fazia em outras épocas no país e com o que se faz atualmente fora do Brasil. “Acho que vivemos um momento bom”, avalia. “Não quer dizer que não tenhamos problemas, mas, se comparado com o passado, melhorou. Mais pessoas leem no Brasil, há mais diversidade. Alguns dizem que existe um controle monopolista, mas um exame empírico elementar mostra que não é bem assim. Existem oligarquias que dominam os meios de comunicação em certas regiões, monopólios regionais, mas, ao longo das décadas, houve uma melhora. A partir de indicadores objetivos de qualidade, penetração e diversidade, podemos medir isso.” Ao cotejar a produção nacional com a de outros países da América Latina, Bucci avalia que ela é melhor que a da Argentina e talvez até que a do México. “Isso quer dizer que o nosso jornalismo está bem? Não. Tendo em vista as necessidades do país



Na oficina gráfica do *Correio do Povo*, técnico avalia a qualidade das primeiras impressões de uma edição

e o veloz amadurecimento da economia e da política do Brasil, ele deixa muito a desejar em termos mundiais. Quando adotado esse parâmetro, vamos ver que nossa economia andou mais rápido que a nossa imprensa. A maturidade democrática chegou ao Brasil, mas ainda tarda a chegar ao jornalismo.”

**Qualificação profissional** – A discussão sobre a qualidade do trabalho e a liberdade de imprensa passa também pela formação de seus profissionais. Na visão de Eugênio Bucci, o exercício da profissão deve ser resguardado a todas as pessoas. “Do ponto de vista dos direitos fundamentais, dizer que só quem tem um título pode exercer jornalismo pode representar um cerceamento. Qualquer pessoa deve ter o direito de criar um jornal, uma rádio.” Mas ressalva: o veículo precisa ser conduzido por pessoas de boa formação. Para o professor com passagem pela Faculdade Cásper Libero, pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), o ensino de jornalismo no Brasil vai muito mal. Como alternativa ao atual modelo, sugere que “o ideal seria que qualquer pessoa com formação universitária pudesse ser jornalista, mas deveria haver algum curso de pós-graduação que desse a formação profissional específica”.

Outro ponto delicado da relação entre Estado e jornalismo são as emissoras públicas e o seu mau uso para a divulgação de informações e feitos

do governo. De acordo com Bucci, “precisamos ter um regime, no Brasil, que garanta a autonomia de gestão financeira e editorial das emissoras públicas, de forma a que um governo não tenha influência sobre elas, mais ou menos como acontece com o poder judiciário, com o ministério público ou com as universidades federais e estaduais”. Só com veículos de comunicação não tomados como propriedade pelos ocupantes do poder é que seria possível pensar em um modelo ideal de comunicação pública – conceito amplo e abrangente que ainda está pouco claro no país. “Em linhas gerais, comunicação pública é aquela que não tem fins lucrativos, dirigida aos direitos da cidadania e justificada por isso”, explica. Essa comunicação seria, então, responsável por prestar contas das ações do governo ao público, ao mesmo tempo em que ofereceria uma alternativa de programação que fuja do modelo determinado pelo mercado.

Se ter uma imprensa livre é condição para a realização plena da democracia, então parece ainda haver muito a se aprender sobre a relação entre imprensa e poder para que o Brasil tome a direção ideal. Tal como adverte o pesquisador, “a ideia de que o governo tem o direito de comunicar as coisas é perigosa”, e é somente a existência de uma imprensa livre que pode garantir a vigilância e a fiscalização dos atos governamentais com vistas à defesa do interesse público.

## Sobre o entrevistado

Eugênio Bucci é jornalista e atuou como diretor, secretário editorial e crítico de cultura e televisão em jornais e revistas de circulação nacional. De 2003 e 2007, dirigiu a Empresa Brasileira de Comunicação (Radiobrás). Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, atua como professor universitário desde 2001 e tem nove livros publicados sobre jornalismo, ética e televisão.

Bucci foi entrevistado pelo JU em 29 de abril, quando esteve na UFRGS para o ciclo *Mutações: a invenção das crenças*. Em sua conferência intitulada *Santo combate*, tratou da beatificação da esquerda e da atribuição de traços de santidade à figura do revolucionário. Segundo ele, o militante precisa ter a crença de que representa a verdade e, por isso, deve catequizar em nome de sua fé de maneira semelhante ao que acontece na religião.





TIAGO TRINDADE/JU



“Um país grande precisa

pensar grande”

**Entrevista**

**O economista estadunidense Tyler Cowen vê no empreendedorismo dos brasileiros a explicação para o desempenho econômico atual do país**

Everton Cardoso

Tyler Cowen, professor e pesquisador da George Mason University e do *Center for the Study of Public Choice*, esteve em Porto Alegre para dar uma palestra na Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS e participar do Fórum da Liberdade. Em entrevista ao JU, analisa os rumos tomados pela economia do Brasil e o quanto o comportamento e as escolhas econômicas individuais, e o clima de empreendedorismo e otimismo, têm impacto sobre o desempenho brasileiro e o colocam em posição privilegiada no cenário mundial. Ao examinar a história recente, aponta traços neoliberais em Lula, destaca a necessidade de mudar os parceiros comerciais do país e diz que o investimento em educação é a solução para a maioria de nossos problemas, pois seriamos melhores eleitores. Também reflete sobre a posição da nossa produção cultural, no mercado mundial e o quanto isso a preserva de inserir-se na lógica da simplificação hollywoodiana.

**Jornal da Universidade – O que é economia comportamental?**

**Tyler Cowen** – Ela trata de como os indivíduos escolhem. Muitos outros modelos econômicos partem do princípio de que as pessoas são perfeitamente racionais, que são como máquinas de calcular. Talvez às vezes até o sejam, mas escolher é um processo complexo, tem a ver com interpretação, percepção e expectativa.

**JU – Qual você acha que é a contribuição desses estudos para se entender a situa-**

**ção econômica de uma maneira geral?**

**Tyler** – O consumo, a crença em reformas e a disposição de fazer uma mudança são questões comportamentais, não decisões racionais. No Brasil, por exemplo, a atitude em relação à economia mudou muito nos últimos dez anos.

**JU – Que análise é possível fazer dessa mudança de comportamento dos brasileiros?**

**Tyler** – Algumas das questões que qualquer pessoa se faz são: “qual a minha identidade?”, “quem sou eu?”, “quem são meus pares?”. O Brasil tem visto a Argentina como um país parceiro. Ambos os países se comparam, fazem piadas um sobre o outro, se gostam, se detestam. No entanto, a Argentina não serve mais de par ao Brasil em termos econômicos. Chile, Turquia, México e mesmo os Estados Unidos e a Europa estão muito mais próximos da realidade brasileira. Os brasileiros sentem que têm uma economia mais forte que a de boa parte dos europeus e, em muitos aspectos, têm mesmo. Então, essa mudança na comparação é uma coisa muito positiva porque, quando se tem pares mais bem-sucedidos, o país em si tende a ter mais sucesso.

**JU – Então, precisamos de parceiros de mais sucesso...**

**Tyler** – Ou rivais. Parece-me que os brasileiros tomaram algumas decisões fundamentais, no sentido de pensar que o país ia ter sucesso e que eles não aceitariam mais tantas ideias ruins. E isso aconteceu muito recentemente. Foi uma mudança psicológica significativa que acabou afetando a economia. A mudança política é secundária, ainda que importante. Mas ela vem por último; é a percepção que muda primeiro.

**JU – Pode-se dizer que decidimos ser bem-sucedidos e resolvemos mudar as coisas?**

**Tyler** – Sim, mas aos poucos, ainda que isso pareça ter-se revelado de uma hora para outra. O Plano Real, por exemplo, não teve tanto êxito quando entrou em vigor, em 1994. Foi um momento complicado, mas ainda assim um passo para tomar essas decisões. E quando Lula foi eleito, a questão colocada era: a economia vai avançar ou retroceder? Na verdade, avançou. Lula sentiu a disposição dos brasileiros. As pessoas não queriam mais ter problemas, e as reformas neoliberais que sobreviveram a Lula o fizeram ainda mais forte.

**JU – Lula é, então, um neoliberal?**

**Tyler** – Ele se comportou como um em boa parte do tempo, mas não sempre.

**JU – Quais aspectos do governo de Lula são traços neoliberais?**

**Tyler** – A importância dada aos negócios e ao comércio; o controle da hiperinflação; o fato de não privilegiar somente os sindicatos e as organizações trabalhistas; a imagem de que o Brasil estava aberto a negócios; e a proteção à propriedade privada. Isso tudo foi tremendamente imperfeito, mas, se consideradas as ideias anteriores de Lula e o programa do PT de antes, houve grande progresso. Se compararmos o Lula do início dos anos 1990 com aquele que governou, há uma grande diferença. E com isso a esquerda entrou em colapso como força intelectual, porque o seu principal nome ocupava a presidência e seus militantes se deram conta de que não tinham nada a oferecer que agradasse ao público. Isso modificou o discurso para uma direção mais capitalista.

**JU – E como o país se comporta nesse contexto?**

**Tyler** – O Brasil está se esforçando para fazer nascer algo ainda maior. Você vê isso na história de Brasília: era uma ideia louca, mas mostra que há um esforço para sempre se construir mais, e isso é saudável. Os brasileiros são empreendedores naturais e ambiciosos. As pessoas frequentemente pensam em termos grandes aqui, e isso é positivo porque há mais empreendedorismo, ainda que haja mais erros também.

**JU – Se comparado a países mais ricos, o Brasil é mais ambicioso?**

**Tyler** – Depende do país, mas certamente é mais ambicioso que a Europa

e o Japão neste momento. Talvez o Brasil até seja tão ambicioso quanto os Estados Unidos. Se você compara o Brasil ao Chile, este é um país com pessoas que trabalham muito e é muito organizado. Há muito capital social lá, mas de alguma maneira é um ideário pequeno-burguês estagnado, conservador, um pouco provinciano. Eles não têm muito o espírito de construir coisas grandes. O Brasil, por outro lado, não tem o capital social necessário para realizar seus planos, mas é um caso muito mais empolgante. Um país grande precisa pensar grande.

**JU – E quais seriam alguns dos principais problemas brasileiros?**

**Tyler** – Parece-me que o presidente tem excesso de poder. Além disso, a Constituição é muito longa e há muitas coisas sem sentido no seu texto. As leis trabalhistas são terríveis e a corrupção ainda é um problema grave, principalmente no Norte. Ainda há os problemas da criminalidade e de um sistema educacional muito desigual.

**JU – E qual seria uma solução prioritária para esses problemas?**

**Tyler** – Educação, mas isso leva muito tempo. O Brasil é um país federativo, então há vários níveis de governo, e não se pode simplesmente impor as coisas de cima para baixo. Meu país tem um problema semelhante. Temos muitas escolas boas, o que é ótimo; mas nossas escolas ruins – e há muitas – são realmente ruins. Uma vez que se tenha um melhor sistema educacional, têm-se eleitores mais bem informados, e a política também acaba melhorando. Consequentemente, tem-se menos corrupção. Mas isso deve levar mais de dez anos.

**JU – Você também estuda a relação entre mercado e cultura. Como avaliaria a posição do Brasil no mundo em termos de produção cultural?**

**Tyler** – Muito boa. Vocês são muito criativos em muitas áreas. O Brasil, de alguma forma, é um caso único, pois recebe muitas influências de todo o mundo. Sempre há criatividade. Por outro lado, embora a produção brasileira seja relevante, ela é bastante voltada ao mercado interno. De certa forma, isso mantém alguma identidade, porque não se vende a consumidores desinformados. E isso mantém um equilíbrio muito bom: há apoio doméstico suficiente para criar um mercado interno forte, e não há

**Quem?**

Em fevereiro de 2001, a revista americana *The Economist* apontou Tyler Cowen como um dos economistas mais influentes da última década. Ph.D. em Economia pela Universidade de Harvard, desde 1987 dedica-se ao ensino e à pesquisa em áreas que incluem a economia pessoal, o ramo comportamental das ciências econômicas, a filosofia política e a relação entre cultura, arte e mercado. Autor de quinze livros, tem somente uma de suas obras traduzida para o português: *Descubra seu economista interior* – que pretende auxiliar na compreensão da lógica dos negócios e do consumo, usando-a para melhorar a vida pessoal. Sua publicação mais recente é *The great stagnation*, em que analisa a relação que os países estabelecem entre desenvolvimento e novas ideias. Além disso, escreve diariamente para o blog *Marginal revolution* (<http://marginalrevolution.com/>), cuja autoria compartilha com Alex Tabarok.

interesse internacional, o que mantém sua integridade e identidade. Esse é o problema dos filmes de Hollywood: eles são vendidos para muitos países, então têm de ser simplificados demais.

**JU – Mas o mercado pode tornar a cultura mais criativa?**

**Tyler** – Claro. Você recebe mais de tudo com o mercado. Você recebe mais do bom e do ruim, mas ao menos se tem diversidade. Além disso, olhe a música brasileira. Ela é, na sua maioria, uma criação do mercado. Não completamente, mas em boa parte. Ela tem sido muito mais vital que a música europeia, que está ligada ao governo. Faz-se um bom trabalho em relação à música na Europa, mas ela não é muito dinâmica, pois não há mercado suficiente lá.

**JU – Qual é a relação entre cultura popular e mercado? E o que acontece com a chamada alta cultura?**

**Tyler** – Eles coexistem. Coisas como música e programas de televisão são cultura popular e precisam do mercado para se sustentar. Quando a alta cultura era popular, também era deixada para o mercado. No momento em que os governos a tomaram para si, ela tornou-se estática. Então, acho que a alta cultura precisa mais do mercado. No entanto, a pintura e a escultura – que são tipos de alta cultura – são deixadas para o mercado. E isso funciona bem.

**JU – Nesse contexto, é relevante pensar em uma cultura nacional? E qual é a relação entre cultura local e externa?**

**Tyler** – Devemos pensar somente em cultura. O que é nacional? Uma nação tem muitas culturas. Quem é que diz o que é cultura brasileira? Ela tem sido uma mescla de ideias de vários lugares. O mercado movimenta muitas culturas locais, e elas tentam se sustentar vendendo para culturas maiores. Assim, há espaço para muitas revoluções artísticas. Com o tempo, elas mudam, desaparecem ou são corrompidas. Então, há um processo contínuo que eu chamo de destruição criativa, ou seja, uma forma de arte se transforma em outra. Por exemplo, hoje não se faz mais música no estilo da Tropicália; a fronteira criativa está em outro lugar. A Tropicália está conosco em discos, exerce influências, algumas pessoas a interpretam, mas não é a música brasileira atual, e sim a que se produzia nos anos 1960. Isso é destruição criativa, renovação.

Uma vez que se tenha um melhor sistema educacional, têm-se eleitores mais bem informados, e a política também acaba melhorando







## Iniciativa jovem Site colaborativo de estudante da UFRGS mostra a importância da informação para um bom uso do transporte público

Foi quando chegou a Porto Alegre, no segundo semestre de 2010, que Giancarlo Closs Zanuz precisou utilizar, pela primeira vez, um ônibus. Nascido em Garibaldi, cidade localizada no Nordeste do estado, Giancarlo partiu para a capital gaúcha com o objetivo de cursar Engenharia Elétrica na UFRGS. Segundo ele, sentir-se perdido no início foi inevitável: “Garibaldi é uma cidade pequena, não se usa quase ônibus lá, se vai a pé pra tudo quanto é lado. Porto Alegre é uma cidade muito maior, eu achei um pouco confuso”.

A solução encontrada por Giancarlo, e que beneficia tantas pessoas que se sentem inseguras na hora de se locomover de ônibus pela capital, se deu com o auxílio da internet. O site da EPTC, empresa responsável pela mobilidade urbana de Porto Alegre, era o único, até pouco tempo atrás, que oferecia informações sobre as linhas, as tabelas de horários e os itinerários dos ônibus e lotações da cidade. Para muitos usuários do serviço, entretanto, a navegação do site deixa um pouco a desejar: não é possível, por exemplo, descobrir, numa única busca, quais linhas passam entre um ponto A e B da cidade e, na maioria das vezes, o Google Maps acaba sendo importante aliado para se poder visualizar o trajeto a ser percorrido.

Insatisfeito com a ferramenta oferecida pela prefeitura e com vontade de aprender coisas novas, Bruno Jurkovski, 20 anos, estudante do sétimo semestre de Ciência da Computação da UFRGS, decidiu desenvolver algo diferente do que já existia, auxiliando ainda mais as pessoas que, assim como ele, dependem do transporte público para chegar até a faculdade, o trabalho ou a moradia. Assim surgiu a ideia do Poabus ([www.poabus.com.br](http://www.poabus.com.br)).

**O início** – O site, que ainda está em fase de construção e testes (a chamada versão alfa), permite ao usuário descobrir com mais rapidez as informações que deseja, além de oferecer recursos extras. Ao especificar os pontos de origem e destino, o Poabus fornece não apenas as linhas que passam entre o trajeto determinado, como também as respectivas paradas. Opção essa que teria facilitado a vida de Giancarlo: “Nas primeiras vezes, eu acabava passando a parada”.

A inspiração de Bruno Jurkovski para fazer o site surgiu depois que o estudante assistiu a uma palestra do desenvolvedor e matemático Carlos Eduardo Nascimento, o Chester, no Fó-



Bruno Jurkovski, aluno do curso de Ciência da Computação, desenvolveu o site que ganhou notoriedade nas redes sociais

rum Internacional de Software Livre, em julho do ano passado. Naquela ocasião, Carlos Eduardo apresentou um projeto que fez para São Paulo muito parecido com o Poabus, o “Cruzalinhas”. Bruno gostou da ideia e resolveu correr atrás das informações.

Mas o trabalho árduo, segundo ele, só começou no início desse ano, nos meses de janeiro e fevereiro. Na época, o estudante procurou a EPTC a fim de obter as informações relacionadas aos ônibus da capital, mas não obteve sucesso. A dificuldade, por fim, acabou trazendo uma novidade para a iniciativa: o Poabus se tornou um site colaborativo. “Como eu não tinha as informações, tive que apelar para a ajuda das pessoas”, conta.

Para colaborar, explica Bruno, é fácil: “Qualquer pessoa com uma conta do Google – Gmail ou Orkut – pode entrar ali e adicionar uma linha. Como ele [o site] é moderado, eu só vou ter que checar se a informação é correta ou não”. No próprio site do Poabus, na sessão “ajuda”, há instruções de como o usuário pode adicionar as linhas e paradas e relacioná-las. As primeiras três linhas foram inseridas pelo próprio Bruno, as restantes – cerca de duzentas até o momento de finalização dessa matéria – ficaram a cargo dos internautas.

**Superando expectativas** – Um fator que motivou o estudante a continuar com o projeto do Poabus foi o apoio e a ajuda dos amigos. Foi um deles, aliás, quem divulgou o site pela primeira vez, numa comunidade do Inter no Orkut. “Ele colocou isso lá pelas 20h30min da noite e, quando eu fui ver, por volta das

22h, já havia cerca de 500 visitas. Até então, o site recebia umas 30 visitas por dia”, lembra. No dia seguinte, o link acabou no Twitter e, a partir daí, foi uma questão de tempo para aparecer entre os assuntos mais comentados e populares do microblog entre os porto-alegrenses.

Tal exposição nas redes sociais resultou num aumento considerável do número de visitantes do site, o que acabou causando problemas com o servidor. Quando Bruno saiu numa reportagem da Zero Hora, houve um pico de 10 mil visitantes. Atualmente, a média de visitas gira em torno de mil pessoas por dia.

Depois que tomou conhecimento do sucesso da iniciativa, a EPTC se propôs a fornecer os dados das linhas de ônibus da capital. Assim, os usuários não terão mais por que adicionar os trajetos dos ônibus, mas, segundo Bruno, haverá outras funcionalidades que serão implementadas com o passar do tempo – como as opções de poder combinar linhas e deixar comentários pessoais sobre o transporte público utilizado.

O interessante é que o Poabus não é uma iniciativa inédita. Cidades brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, já possuíam, através do Google, esse serviço de trajeto roteado. Do exterior, podemos citar o London BusMapper, site que sugere as rotas londrinas automaticamente. Bruno conta que recebeu vários e-mails de pessoas lhe informando que já haviam tido essa ideia antes, o que, para ele, demonstra que “já era algo que estava fazendo falta mesmo”.

Daiane de David, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da Fabco

# Boa, Poabus!

## Ônibus em Porto Alegre

Conforme dados da EPTC, circulam atualmente pela capital gaúcha cerca de 1.657 ônibus, que fazem mais de 24 mil viagens por dia e atendem, entre isentos e pagantes, 1 milhão e 50 mil passageiros. Os números impressionam, mas, segundo João Fortini Albano, professor do Departamento de Engenharia de Produção e Transporte da UFRGS, a demanda por esse tipo de serviço vem diminuindo. “Faz uns 7 anos que o número de passageiros do transporte coletivo vem caindo, porque hoje há uma série de incentivos no preço dos veículos. E as pessoas estão andando mais de carro”, explica.

Segundo o professor, esse fator também implica, baseando-se na lei da oferta e da procura, poucas melhorias no sistema de transporte coletivo – o que ocasiona atrasos, veículos lotados e desconforto para aqueles que não têm outra opção. “O transporte público de Porto Alegre deixa a desejar, porque ele atende, de forma média para precária, aos interesses dos usuários”, ressalta.

Melhorar a frota de ônibus, portanto, pode ter uma consequência positiva para o trânsito cada vez mais caótico das grandes cidades, explica Albano: “À medida que os congestionamentos vão aumentando e que a viagem para o usuário de transporte individual passa a ser desconfortável e antieconômica, e o sistema por ônibus/lotação é melhor, o usuário do transporte individual vai ter condições de fazer a sua migração vantajosa”.

Para Flávio Tumelero, gerente da área de planejamento e operação do transporte da EPTC, os ônibus são peças fundamentais para a mobilidade urbana. Nesse contexto, ferramentas como o Poabus são tão importantes quanto o serviço de transporte público oferecido.

Segundo o gerente da EPTC, ideias como a do Bruno revelam as necessidades da população. Ele acrescenta que a empresa já está desenvolvendo uma ferramenta parecida desde o ano passado, e a previsão é lançá-la em meados de julho.

## “Vaquinha”

Mesmo com o sucesso do Poabus, que é hospedado no Google App Engine e utiliza a plataforma do Google Maps, mantê-lo funcionando perfeitamente não é tão tranquilo quanto parece. “Apesar de ter gente interessada em fazer parceria, eu ainda não fechei nada; então, no momento, estou pagando tudo do meu bolso”, conta Bruno. O estudante explica que as despesas começaram a surgir assim que botou o site no ar. Conforme foi aumentando o número de acessos, Bruno precisou aumentar também a capacidade do servidor já existente, o que tornou o preço de manutenção mais elevado.

Se você gostou da ideia e quiser colaborar para o Poabus continuar no ar, adicione o twitter @PoaBusOficial e clique no link da “vaquinha” para ajudar a pagar os servidores. A cidade de Porto Alegre agradece.

## Dois-pontos

André Schneider, revisor de textos  
[andre.schneider@consun.ufrgs.br](mailto:andre.schneider@consun.ufrgs.br)

### ► A presidente ou a presidenta?

Com a eleição inédita de uma mulher para exercer a chefia do país, muitos usuários do Português Brasileiro passaram a questionar qual é o vocábulo apropriado para se referir a um chefe de nação do sexo feminino: presidente ou presidenta?

Do ponto de vista linguístico, as duas formas, presidente e presidenta, são aceitas. O vocábulo ‘presidente’ é um substantivo de dois gêneros (ou seja, admite tanto o artigo feminino ‘a’ quanto o masculino ‘o’), tal como os vocábulos ‘jornalista’, ‘estudante’, ‘gerente’, ‘chefe’, ‘parente’ etc. A forma ‘presidenta’, por sua vez, segue a tendência de formarmos

as palavras femininas com a desinência ‘a’: ‘aluna’, ‘servidora’, ‘professora’.

Note-se que, além de ‘presidente’, outros substantivos de dois gêneros admitem o uso da forma feminina com a desinência ‘a’: ‘o chefe’ e ‘a chefe’ ou ‘a chefe’, ‘o parente’ e ‘a parente’ ou ‘a parenta’, etc. Vale lembrar que, no Português Brasileiro, existe certa preferência pela forma comum aos dois gêneros (‘a chefe’, ‘a parente’), até porque formas como ‘a chefe’ e ‘a parenta’, com a desinência ‘a’, tendem a receber certa carga pejorativa em seu significado quando usadas pelos falantes da língua.

### ► A cerca de, há cerca de ou acerca de?

As expressões ‘a cerca de’, ‘há cerca de’ e ‘acerca de’ possuem significados distintos e são utilizadas em diferentes contextos, de acordo com o que segue.

**A CERCA DE**  
• A (preposição) + CERCA DE (‘perto de’, ‘aproximadamente’, ‘em torno de’):  
“Estamos a cerca de dois quilômetros da universidade.” (distância no espaço)  
“Ela deverá concluir seu doutorado daqui a cerca de dois anos.” (tempo futuro)  
• A (artigo) + CERCA (substantivo) + DE (preposição)

**HÁ CERCA DE**  
• HÁ (verbo) + CERCA DE (‘perto de’, ‘aproximadamente’, ‘em torno de’):  
“Concluí minha graduação há cerca de cinco anos.” (tempo já decorrido)  
“Há cerca de 25 alunos na turma.” (= Existem em torno de 25 alunos na turma)

**ACERCA DE**  
• ACERCA (advérbio) + DE (preposição)  
“Os Conselheiros falavam acerca da alteração do Regimento Geral da Universidade.” (‘a respeito de’, ‘sobre’)



# Graduação mais especializada

## Pioneirismo UFRGS lança modalidade de bolsas para atendimento em laboratórios multiusuários

Desde 2008, o Programa Premium, da Pró-reitoria de Pesquisa (Propesq) da UFRGS, tem sido base para a solicitação de recursos junto à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa pública vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia, para o acréscimo e a manutenção de infraestruturas multiusuárias. Esses espaços, caracterizados pelo atendimento a diversos setores de pesquisa dentro e fora da Universidade, sofrem nacionalmente com a falta de recursos humanos.

Após identificar a escassez de funcionários nos laboratórios, a UFRGS financiará, dentro do Programa Premium, as bolsas IE-Multi. A nova modalidade, pioneira no país, é destinada a alunos de graduação, que serão treinados para prestar atendimento nos laboratórios multiusuários. “Apesar do financiamento da Finep, havia outro aspecto, que era a falta de recursos humanos. Essas estruturas requerem mais técnicos e bolsistas, afinal, é preciso de pessoal que trabalhe para dar atendimento aos usuários. A ideia das bolsas IE-Multi é multiplicar o atendimento. De preferência, essas estruturas deveriam funcionar 24h para acolher a demanda da Universidade e, eventualmente, de outras universidades e empresas”, explica o pró-reitor de pesquisa da UFRGS, João Edgar Schmidt.

Os laboratórios multiusuários possuem equipamentos muito caros, de alta complexidade e com processos de manejo especializados. Eles atendem à demanda de vários grupos de pesquisa que não possuem verba para adquirir aparelhos de custo tão elevado. O Centro de Microscopia Eletrônica (CME), por exemplo, localizado no Instituto de Física, atende alunos e professores dos cursos de Odontologia, Física, Engenharia, Geociências, Química, entre outros. “É muito mais eficiente ter um centro de microscopia para o atendimento de vários usuários, pois poucos são os grupos que podem ter o microscópio eletrônico no seu grupo de pesquisa”, diz a diretora do CME, Naira Balzaretto. Apesar da elevada importância desses centros para o desenvolvimento da pesquisa, faltam recursos humanos com capacidade para prestar assessoria àqueles que precisam utilizá-los. “É um centro de prestação de serviços com equipamentos sofisticados que necessitam de um suporte especializado, de pessoas com treinamento e formação especial para usar corretamente e preservar os aparelhos, além de dar suporte científico e técnico aos usuários, evitando que eles tirem conclusões erradas de suas medidas”, completa.

**Recursos humanos** – A professora lembra que a capacidade do CME não comporta as requisições feitas pelos pesquisadores: “Não temos recursos humanos suficientes. O ideal seria ter um suporte maior para o atendimento de mais pessoas. A escala de uso é muito elevada, e a agenda está sempre lotada”. Segundo a coordenadora do Centro,



A bióloga Moema Vieira trabalha com o estudante de Engenharia Química Rômulo Krebs no Centro de Microscopia Eletrônica

alguns equipamentos dispõem de horário livre somente no mês de julho, e não há condições de se oferecerem horários alternativos. Inclusive, existem aparelhos novos que ainda não têm profissional preparado para operá-los. O pró-reitor João Schmidt ressalta que a falta de pessoal qualificado em laboratórios especializados é um problema de todo o país: “Em qualquer lugar do Brasil é possível notar que a carência de recursos humanos é muito grande. É importante que técnicos e doutores estejam nesses laboratórios fazendo o acompanhamento e trabalhando junto com os pesquisadores no desenvolvimento da pesquisa”.

Com 20 bolsas destinadas a alunos de graduação, espera-se diminuir o problema da escassez de profissionais nas estruturas da UFRGS. De acordo com o professor Schmidt, é necessário que o uso desses laboratórios seja mais disseminado. “Para isso, precisamos dar condições para que eles possam atender à demanda de atendimento. A partir do momento em que a gente consiga atender à própria Universidade, a ideia é que venhamos receber demandas de outras universidades, de outros centros de pesquisa e até de empresas, vendendo serviços e arrecadando dinheiro para a manutenção. Há vários aspectos que estão por vir, mas, em primeiro lugar, nos interessa que a academia seja bem atendida. Essa é a função desse programa”.

Por se tratar de aparelhos de alto valor, que demandam muitos recursos para conservação, os alunos selecionados receberão treinamento específico para manipulá-los. “Teremos técnicos fazendo treinamento de alunos de graduação para utilizar esse equipamento. Sempre sob supervisão, até que o aluno tenha destreza para operá-lo e para que não haja danos à infraestrutura”, explica Schmidt. No caso do CME, alguns equipamentos custam mais

de 1 milhão de dólares. O contrato anual para a manutenção dos quatro microscópios é de 142 mil reais. “É fundamental que quem os pilote tenha conhecimento de causa, não os use de maneira inadequada, para evitar danos a equipamentos que já estão com uma idade avançada”, afirma Naira Balzaretto. Ela também observa que o tempo de qualificação dos estudantes pode variar, dependendo do aparelho que forem utilizar: “Até os bolsistas fazerem diferença no sistema, terão de aprender a utilizar o equipamento para poder ajudar os usuários. Há um período mínimo de dois meses para maturação do aluno”.

**Investimento** – As IE-Multi terão duração de dois anos e remuneração de 600 reais. Espera-se que, a partir deste mês, os alunos já estejam participando dos treinamentos. Uma comissão da Propesq fará avaliações semestrais das atividades dos bolsistas e dos resultados obtidos pelos laboratórios. “Vamos monitorar o trabalho para ver se o programa está funcionando. Acompanharemos a produtividade dos espaços multiusuários, verificando se houve aumento no número e na qualidade dos atendimentos e conferindo se os usuários estão satisfeitos. A partir de um resultado positivo, tentaremos aumentar o número de alunos que podem atuar nesse tipo de bolsa, criando uma rede de atendimento bem estruturada”, explica o pró-reitor de Pesquisa.

O objetivo é despertar o interesse das instituições de incentivo à pesquisa – Fapergs, CNPq – para a necessidade de investimento em bolsas dessa modalidade. “Tendo sucesso numa iniciativa pioneira como essa, tenho certeza que as agências de fomento irão apoiar e, sem dúvida, por meio das instâncias do Ministério de Ciência e Tecnologia, vamos ter mais recursos e,

portanto, mais bolsas”, confia o reitor Carlos Alexandre Netto. “Com resultados positivos, teremos mais força para mostrar ao CNPq e à Fapergs que se trata de um projeto interessante, pelo qual eles possam dar uma cota de bolsas para a Universidade”, complementa Schmidt.

**Qualificação acadêmica** – A formação de estudantes qualificados é o principal incentivo ao financiamento de bolsas pela UFRGS. A Universidade já conta com cerca de 1.700 alunos contemplados na Iniciação Científica. Em 2011, a modalidade de Iniciação Tecnológica recebeu o incremento de 40 bolsas financiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs) e o acréscimo de 20 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), totalizando 120. Além das oportunidades oferecidas pela Secretaria de Assuntos Estudantis, com o lançamento das IE-Multi, crescem ainda mais as opções para alunos de graduação. “Trata-se de mais uma modalidade de bolsa com o papel de capacitar os nossos alunos. Esse é o investimento mais importante que podemos fazer: investir nas pessoas, no caso, nossos estudantes de graduação”, diz o reitor. Naira Balzaretto concorda: “Bolsistas de cursos que necessitam das técnicas experimentais oferecidas pelo laboratório têm um diferencial no seu desenvolvimento acadêmico. Eles terão que enxergar a bolsa como uma forma de ganhar experiência. Eu acho o trabalho em laboratórios como o CME fundamental do ponto de vista da formação. É importante que estudantes de graduação tenham acesso a esse tipo de treinamento e contato com diversas amostras e análises”.

Luiz Eduardo Kochhann, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico

## Novas contratações

Casos como o do Centro de Nanociência e Nanotecnologia (CNANO), criado com recursos do Ministério de Ciência e Tecnologia, mostram que a contratação de funcionários para o quadro fixo da Universidade é fundamental para o aparelhamento correto dos laboratórios multiusuários. O CNANO, também coordenado pela professora Naira, possui quatro equipamentos, mas apenas uma funcionária técnica, ainda sem treinamento. “O atendimento será por uma plataforma web que já está pronta, mas que não pode ser colocada no ar porque não temos recursos humanos para a sua execução. É um caso crítico, pois a demanda é muito maior do que as contratações”, conta a coordenadora do Centro.

O pró-reitor de Pesquisa João Schmidt reconhece a dificuldade: “Não estamos pensando que a solução para o problema dessas infraestruturas esteja nos alunos. Nós precisamos continuar batalhando para ter quadros permanentes. São técnicos administrativos contratados pela Universidade que, para essa função, é bom que tenham até doutorado, pois são equipamentos que precisam não só da interferência de um técnico para a realização do serviço, mas também de trabalho especializado para melhorar o serviço, propor novas sugestões e fazer modificações no sistema, de maneira a elevar a qualidade do atendimento”.

Apesar de uma provável estagnação em curto prazo, o reitor acredita na possibilidade de novas perspectivas de contratação a partir da consolidação do Reuni e da concepção, por parte do governo federal, de um novo projeto de desenvolvimento do ensino superior. “Nos últimos dois anos, contratamos muitos servidores, mas esse número tende a se estabilizar agora. É possível que o desafio de uma nova expansão seja colocado para as instituições assim que o Reuni estiver consolidado, o que deve acontecer em 2012. É possível que nós tenhamos já para 2013 a oportunidade de um novo projeto de expansão, nos dando condições de contratar novos servidores técnicos”, diz Carlos Alexandre.



# Especial

## Anos de Chumbo

TEXTO CAROLINE DA SILVA, JACIRA CABRAL DA SILVEIRA E JOÃO FLORES DA CUNHA

# Lembrar sem punir

*Proposta da Comissão da Verdade gera debate por limitar-se à reconstrução histórica do regime militar*

No final de 1972, as forças de repressão localizaram César Augusto Teles e Maria Amélia Teles. A irmã dela, grávida, e os dois filhos do casal, Janaína, 5 anos, e Edson, 4, foram levados com eles para o DOI-Codi de São Paulo, comandado pelo coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Lá, César e Maria Amélia foram “interrogados” por Ustra. As crianças os viram após a tortura.

Em 2006, a família Teles entrou com um processo civil declaratório para que Ustra fosse oficialmente considerado torturador, o que foi reconhecido em primeira instância. O coronel está recorrendo. A Lei da Anistia impede que ele cumpra pena por violações de direitos humanos cometidas na ditadura. O que está em disputa é se ela também protege acusações dessa natureza.

“Nossa expectativa é que seja confirmada a condenação. Não há dúvida, na Justiça, que ele [Ustra] foi torturador. Isso está mais do que provado e ficou bem claro na sentença. A dúvida que paira é se o Brasil vai querer apontar os torturadores do passado recente ou se vamos empurrar tudo para debaixo do tapete e deixar de lado”, diz Edson Teles.

**E a Justiça?** – A proposta de criação da Comissão Nacional da Verdade vem, justamente, com o intuito de tirar “a sujeira de debaixo do tapete” e passar a limpo os desaparecimentos e crimes de tortura ocorridos durante a ditadura. A Comissão deverá apurar crimes ocorridos durante o regime militar brasileiro. Entretanto, qualquer tipo de punição está descartado pelo projeto, e ainda restam dúvidas sobre se o nome dos torturadores será divulgado.

Por seu lado, os militantes pela

abertura dos arquivos da ditadura reivindicam memória, verdade e justiça. No entanto, em abril do ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) validou a Lei da Anistia para casos de tortura durante o regime militar. Em dezembro, ainda, a Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) condenou o Brasil pelo desaparecimento de militantes na Guerrilha do Araguaia, reconhecendo os fatos como crimes contra a humanidade.

“Isso é um paradoxo dessa Comissão. É realmente um problema. Não pode punir! Está bem claro o seguinte: ela não promoverá perseguição, apenas irá informar e esclarecer as violações aos direitos humanos ocorridas”, pontua José Alcebíades de Oliveira Junior, professor do Departamento de Direito Público e Filosofia do Direito da Faculdade de Direito da UFRGS. Alcebíades recorda ainda que os órgãos internacionais de defesa dos Direitos Humanos entendem que não são válidas as autoanistias presenteadas pelos regimes sucessores das ditaduras. No entanto, o advogado explica que, se o STF resolveu que no Brasil a Lei de Anistia é válida, não há como questionar o que em Direito se chama coisa julgada. “Não haveria a alternativa de eles quererem punir, nem criminalmente.” E o professor levanta outras questões que ficam sem resposta: “Agora, o que eles vão fazer com as informações obtidas? O que a Comissão vai poder ou não?”

Para a Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Defesa, “há um entendimento perfeito entre os ministros da Defesa, da Justiça e da Secretaria de Direitos Humanos no encaminhamento da matéria, com a qual as Forças Armadas estão em absoluta consonância: o compromisso assumido é com a busca da memória de forma definitiva por todos os integrantes do Ministério da Defesa e das Forças Armadas”. O JU questionou se, para o Ministério da Defesa, os crimes que alguns militares cometeram deveriam ser tratados de forma igual aos que alguns militantes de extrema-esquerda perpetraram: “Conforme a proposta enviada ao Congresso Nacional, a Comissão será criada com o intuito de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas durante o regime militar. Vai além do provável âmbito de atuação definir como será tratado esse ou aquele caso, pois o compromisso maior é a busca da memória e a verdade histórica, e promover a reconciliação nacional”.

**25 anos de atraso** – Na opinião de Enrique Serra Padrós, professor do Departamento de História da UFRGS, a Comissão da Verdade é um avanço mas chega com 25 anos de atraso: “Todos os governantes da democracia, até agora,

foram coniventes com essa questão, o que tem muito a ver com o pacto que houve na saída da ditadura e a imposição da Lei da Anistia, que colocou uma pedra em cima das responsabilidades dos crimes cometidos pelo Estado e por seus funcionários públicos”.

De acordo com o professor, a lei brasileira incorre em um erro no próprio conceito de anistia, que faz sentido quando procura perdoar os crimes políticos de quem foi preso ou se exilou. O problema é que nela estão incluídos os repressores. “Isso é uma contradição. Essas pessoas nunca assumiram que cometeram crimes. Como anistiar um ato que não é visto como crime pelos que foram responsáveis por ele? Além disso, avaliam-se da mesma forma pessoas que perderam e pagaram um preço altíssimo e os vencedores – dentro da lógica repressiva –, que não sofreram nada. Não foram julgados nem punidos. Está-se anistando o quê? A lei serve como um mecanismo preventivo para que nunca se faça nada contra os repressores”, afirma.

Pesquisador do tema, ele enfatiza que a demanda por respostas não pode ficar restrita às pessoas que foram afetadas de alguma maneira pelo regime militar. Em sua visão, a impunidade, característica da sociedade brasileira, está ligada à não resolução dos crimes daquela época; solucionar o problema das feridas abertas pela ditadura é, portanto, do interesse de todos. “Quem me protege quando o agressor é o Estado? Isso diz respeito a todos os cidadãos do país”, destaca.

O professor acredita que a Comissão da Verdade, do modo como está planejada, representará alguns avanços, mas, sem justiça, não será suficiente para resolver os principais problemas legados pelo regime militar. Para sustentar essa ideia, ele aponta a existência de estudos que demonstram que, “onde a impunidade dos crimes de ditaduras foi enfrentada, há uma mudança de comportamento da sociedade e do aparato de segurança do Estado, com a diminuição da violência estatal”.

**Quem viveu** – Considerando as reivindicações dos familiares de mortos e desaparecidos políticos na época da discussão sobre a Lei da Anistia (1979), “pouco ou nada se evoluiu” com a Comissão da Verdade, assegura Suzana Lisboa, ativista dos Direitos Humanos, integrante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos desde 1979, e protagonista de muitas vitórias obtidas nesse campo. Segundo ela, os familiares queriam e querem que o governo assumisse a responsabilidade sobre os desaparecimentos, buscando os corpos, dizendo quem os matou e como morreram: “Queremos a punição dos responsáveis”, reforça Suzana. Nesse sentido, ela recorda que a intenção inicial quando o tema surgiu na



Painel situado na rua João Alfredo, em Porto Alegre

Comissão de Direitos Humanos era de que o governo instituisse uma comissão de verdade e de justiça. Só que, nos conflitos internos do governo, a justiça acabou sendo omitida: “Mas não existe verdade sem justiça”, assegura.

Participando de recente evento na capital, o jornalista e escritor Zuenir Ventura, que ficou preso por três meses em 1968/9, afirmou que a criação da Comissão da Verdade é importante, desde que não seja um instrumento de represália ou vingança. “O país não pode esquecer o seu passado. A memória é fundamental para as novas gerações, para o presente, como também é fundamental abrir os arquivos, oferecer novas opções para o conhecimento desse período que foi muito complexo. Você não pode reduzir aquele período a preto e branco, à luta deste com aquele lado. Teve muitas nuances, muitos problemas.”

Outro aspecto com o qual os familiares discordam no projeto da Comissão da Verdade diz respeito à sua constituição. Para eles, é inaceitável a presença de militares – ainda a ser confirmada – entre seus integrantes: “É muito assustador que um governo democrático permita que isso aconteça”, observa Suzana. Na visão da ativista, não adianta dizer que as forças armadas hoje em dia são outras e que já não torturam, pois ainda permanecem dando aula aos novos oficiais militares como o capitão Wilson Dias Machado, um dos responsáveis pelo atentado do Riocentro (30/04/1981), hoje coronel e educador no Colégio Militar de Brasília. “Esse é um homem que agiu fora da lei, que pretendia matar milhares de pessoas. Por isso é impossível você falar duma comissão da verdade que pode ser integrada por um membro de um organismo que tem dentro de si essa posição.”

Por fim, para os familiares, o documento que instituiu a Comissão da Verdade também descaracteriza o período da Ditadura Militar por basear-se no artigo 8.º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que diz: “É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares [...]”.

Até o final de junho, estará pronto o documento com a posição dos familiares sobre a Comissão da Verdade. De acordo com Suzana, embora eles não sejam contra o projeto da Comissão da Verdade, eles querem deixar desde já sua posição sobre o tema para que não ocorra distorção semelhante a que ocorreu em 2010, quando o ex-procurador geral da República, Sepúlveda Pertence, atribuiu aos familiares dos desaparecidos o acordo que ele havia feito com os militares durante o julgamento sobre a Guerrilha do Araguaia, ocorrido na Corte Interamericana de Direitos Humanos. “Não venham depois dizer que nós aceitamos essa comissão assim como está, como também ousaram dizer que nós fizemos algum tipo de negociação na anistia.”



### Proposta de lei

A íntegra do projeto de criação da Comissão Nacional da Verdade pode ser acessada em: [www.camara.gov.br/sileg/integras/771442.pdf](http://www.camara.gov.br/sileg/integras/771442.pdf).

”  
Onde a impunidade dos crimes de ditaduras foi enfrentada, há uma mudança de comportamento da sociedade e do aparato de segurança do Estado, com a diminuição da violência estatal



# O Estado precisa de instrumentos para que a memória coletiva fique resguardada

FLÁVIO DUTRA/JU



## A ditadura celebrada

O desconhecimento do passado autoritário se evidencia com as homenagens a ele. No Parque Moinhos de Vento, o Parcão, em Porto Alegre, há um grande monumento celebrando o primeiro ditador do regime militar. No local, lê-se em uma placa: “Ao presidente Castelo Branco. O povo do Rio Grande do Sul”. Uma das principais vias de acesso à capital também se chama Castelo Branco.

O sucessor dele, Costa e Silva, empresta seu nome a um loteamento no bairro Sarandi, na Zona Norte, onde há, ainda, uma praça e uma escola homônimas. O que não é incomum: uma busca no site da Secretaria de Educação do estado revela que há 32 escolas no Rio Grande do Sul denominadas Costa e Silva. Ele perde de Castelo Branco (42), mas vence de Médici, que tem apenas três. Geisel e Figueiredo não foram lembrados.

A homenagem aos ditadores militares não é uma exclusividade dos gaúchos. O presidente Castelo Branco virou nome de município no Paraná e em Santa Catarina, bem como Figueiredo, no Amazonas. Há uma cidade Presidente Médici no Maranhão e outra em Rondônia.

O primeiro artigo do projeto de lei que institui a Comissão da Verdade estabelece que ela tem como objetivo “efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”. A intenção é que, ao esclarecer as violações de direitos humanos cometidas na ditadura, o Estado brasileiro promova um resgate da memória do período.

Enrique Serra Padrós, professor do departamento de História da UFRGS,

aponta uma distância entre os fatos históricos e a sua narrativa oficial – na qual se evitou, durante anos, o uso do termo “ditadura” para designar um regime que, instalado após um golpe de Estado que rompeu com a ordem constitucional, torturou e matou dissidentes e ignorou liberdades civis e direitos individuais.

Ele fala sobre a confusão entre memória pessoal e memória coletiva do país. “Eu, como indivíduo e cidadão, tenho o direito de esquecer. Nós temos mecanismos seletivos de memória. Coletivamente, podemos esquecer alguns temas, porque isso acaba sendo uma espécie de amadurecimento da sociedade. Mas o Estado deve ter instrumentos para que elementos da memória coletiva fiquem guardados. Se eu precisar, devo poder recorrer a uma biblioteca, a um acervo de jornais, a museus, a documentos públicos. Porque só posso esquecer se lembro. E só posso lembrar se conheço. O problema é o esquecimento induzido, quando a falta de memória vira política de Estado. É contra isso que uma iniciativa como a da Comissão da Verdade vem se colocar”, afirma.

Sobre a atuação da Comissão, Padrós diz que ela “visa responder a perguntas do tipo: o que fizeram com os desaparecidos?, onde estão seus corpos? De todas as demandas, essa é a mais legítima, a expressão de uma situação absurda; há pessoas que, mais de trinta anos depois do desaparecimento de seus familiares, não obtiveram uma resposta sobre o que aconteceu e não os puderam enterrar”.

## Pelo direito de encerrar um ciclo

Suzana Lisboa foi casada com Luiz Eurico, desaparecido político cujo corpo foi localizado em 1979 num cemitério em São Paulo. Em depoimento ao Jornal da Universidade, ela relembra o episódio e salienta a importância para uma esposa ou mãe de encontrar o corpo de seu ente querido.

“A descoberta do corpo é, ao mesmo tempo, o fim e o início do caminho. Eu me casei com o Luiz Eurico com 17 anos, tinha 20 quando ele desapareceu e durante 20 anos vivi com a expectativa de ele aparecer na próxima esquina. Quando voltei ao Rio Grande do Sul, porque fiquei clandestina até a anistia, eu recebia telefonemas como se fosse ele, e cheguei a acreditar que era mesmo numa das vezes. A repressão fazia isso com os familiares. Eles mandaram cartas para a mãe da Ieda Santos Delgado, que tinha desaparecido em 1974. Ela fez exames grafológicos e comprovou que as cartas eram da filha mesmo, tudo para não dizer que a Ieda tinha desaparecido.

Uma pessoa da minha família tinha uma relação muito próxima com o general Otávio Medeiros, que foi chefe do SNI (Serviço Nacional de Informações). Essa pessoa se ofereceu para tentar saber alguma coisa a respeito do Luiz Eurico por intermédio dele. Eu disse: ‘Claro!’. Ele mandou dizer que poderiam ser apenas duas respostas: ele está morto e enterrado em tal lugar ou eu não sei nada. Também me impôs uma condição: se me dissesse que o Luiz estava morto e enterrado em determinado lugar, seria para a minha satisfação, e eu tinha que me comprometer em não fazer qualquer divulgação disso. Meses depois, essa pessoa me procurou desesperada

para me dizer que Luiz Eurico estava vivo em Montevidéu, casado e com outra família. Eu fiquei transtornada. À época, a imagem de meu marido simbolizava o movimento pelos mortos e desaparecidos, e a foto dele casualmente havia saído na Veja daquela semana. Era uma derrota para o movimento dos familiares e para a esquerda em geral um desaparecido aparecer vivo.

Nesse meio tempo, fui para um encontro das entidades da anistia no Rio de Janeiro, no qual encontrei a Iara Xavier Pereira, companheira de militância que tinha ficado exilada. Ela me contou do cemitério de Perus. Nós pegamos um avião e fomos para São Paulo. Então eu encontro o [título do] Luiz Eurico. Naquele momento, eu estava preparada para, a alguns dias dali, encontrar meu marido com vida. É um pesadelo que me acompanha até hoje. Mas para mim foi fundamental achar o corpo dele. Foi o primeiro desaparecido que encontramos enterrado com um nome falso. Na ditadura, a pena de morte era regulamentada [entre 1969 e 1978]. Eles podiam prender e matar legalmente, mas optaram por matar na ilegalidade, e esse é o grande absurdo e a distorção dessa história, e até hoje querem dizer que não mataram. A esquerda matou oficialmente, participou de uma guerra em que pessoas foram mortas, mas a esquerda não fez isso por debaixo dos panos. Então, acho importante que sejam encontrados os corpos dos desaparecidos da ditadura militar. Quando a gente enterra, a gente encerra um ciclo, e esse direito não nos foi dado. Muitas mães morreram sem se mudar, na expectativa de que os filhos um dia aparecessem.”

## O dever de esclarecer o passado

Entrevista com a ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), Maria do Rosário, eleita deputada federal pela terceira vez pelo PT do Rio Grande do Sul em 2010.

**Jornal da Universidade – É possível afirmar que o tema dos Direitos Humanos ocupa um lugar central no Governo Dilma?**

**Maria Rosário** – Desde seu discurso após vencer as eleições, a presidenta Dilma Rousseff tem manifestado que a política de Direitos Humanos do governo brasileiro assumiu um novo patamar. Em todas as suas manifestações, ela tem frisado que o Brasil não faz concessões no que se refere aos direitos das pessoas, onde quer que seja. Essa é a postura que tem orientado a ação do governo federal. Mas temos a plena consciência de que isso exige uma coerência de ação. O que defendemos lá fora, para os outros países, tem que ser feito em primeiro lugar aqui no Brasil.

**JU – Qual o trâmite atual do projeto?**

**Rosário** – O governo não trabalha com prazos, respeitamos a autonomia dos poderes. O Congresso Nacional tem sua rotina, e o que temos feito nesse período é dialogar com os líderes partidários e com os deputados de um modo geral para que possamos levar esse projeto à votação tão logo haja um entendimento. É muito importante ressaltar que essa não é uma pauta do governo ou da oposição, mas um projeto do Brasil. A proposta foi apresentada pelo presidente Lula, mas graças ao amadurecimento de uma discussão que se iniciou com o presidente Fernando Henrique Cardoso. Esses dois ex-presidentes, bem como a nossa presidenta Dilma, estão no mesmo lado, defendendo que o Brasil passe a sua história a limpo e esclareça os fatos ocorridos entre 1964 e 1985, para que essa história nunca mais se repita.

**JU – Comparando com o trabalho de comissões anteriores, no que avança essa Comissão da Verdade e de quais instrumentos ela poderá dispor para esclarecer os desaparecimentos ocorridos**

**durante a ditadura militar e apontar paradeiros?**

**Rosário** – A Comissão sobre Mortos e Desaparecidos cumpre importante papel na busca de informações sobre aquele período. Eu diria que essa valerosa comissão foi a possível no seu tempo, em 1995, quando foi instituída. Mas precisamos avançar nesse trabalho de recuperação da história e de esclarecimento definitivo sobre o que ocorreu no Brasil no período ditatorial. Há famílias que esperam há 40 anos pelos seus entes queridos, sem saber ao certo o que ocorreu e onde estão seus corpos. Queremos promover um grande debate na sociedade, em que todos os envolvidos naqueles episódios, e quem tenham informações, nos tragam para que possamos reconstruir essa história em sua totalidade. A democracia brasileira sairá mais forte e segura após esse processo. O país só tem a ganhar com isso.

**JU – Sob o tripé Memória, Verdade e Justiça, a Comissão da Verdade é destinada a apurar crimes ocorridos durante o período do regime militar brasileiro. Como se daria o terceiro elemento, a Justiça, uma vez que a Lei da Anistia não foi nem será revogada?**

**Rosário** – O Supremo Tribunal Federal considerou que a Lei da Anistia é irrevogável. Isso significa que, mesmo que alguém quisesse, não haveria a possibilidade de punições. Mas esse não é o objetivo do governo. O que defendemos e buscamos é um debate transparente, no qual todos os questionamentos sejam respondidos e que a verdade venha à tona. O Brasil não pode e não quer viver com a sua história incompleta. Precisamos saber exatamente o que aconteceu e, principalmente, onde estão os corpos daqueles e daquelas que deram as suas vidas pela luta democrática. As famílias deles têm o direito de enterrar seus parentes com a dignidade e as homenagens merecidas. E o Brasil tem o dever de ter a sua história esclarecida em um livro aberto. Essa dívida é com a nossa história e, principalmente, com as gerações que nos antecederam, lutando pela democracia e por um Brasil mais justo e igualitário.





# O exemplo que vem de fora

## Períodos de exceção Como outros países lidam com crimes de Estado

O desafio que um Estado democrático tem de fazer justiça a pessoas que sofreram com crimes cometidos pelo Estado repressor não foi resolvido facilmente em país algum. O tema está no centro da agenda política atual do Uruguai, que entre 1973 e 1985 foi comandado por uma ditadura militar. O partido governista, a Frente Ampla, de esquerda, tenta derrubar a Lei de Anistia. O professor do Departamento de História da UFRGS Enrique Serra Padrós, que é uruguaio, relata como o país vizinho trata desse tema:

“No Uruguai, houve um pacto: o presidente Julio María Sanguinetti, do governo que assumiu após o fim da ditadura, aceitou o projeto de autoanistia dos militares, aprovado no Congresso em 1986. Mas a sociedade indignada recorreu a um dispositivo constitucional historicamente muito utilizado no país: o plebiscito. Familiares de mortos e desaparecidos conseguiram convocar um plebiscito de iniciativa popular.

“Três anos depois, conseguiu-se o número necessário de assinaturas. Ainda em um clima de medo, a maioria da sociedade decidiu confirmar a anistia, o que gerou uma situação muito complexa: durante muitos anos, não se pôde falar nesse assunto no Uruguai. Isso durou até 2005, quando assumiu Tabaré Vázquez, o primeiro presidente da Frente Ampla, que tinha em sua base eleitoral pessoas que questionavam a Lei da Anistia. Ele disse que não iria se colocar contra a lei, porque havia sido votada pelos cidadãos. Mas queria procurar brechas nela.

“A partir daí, descobriu-se que alguns crimes poderiam ser julgados. Por exemplo: os civis não estavam protegidos, apenas os militares. Isso permitiu que se desencadeassem ações contra figuras importantes da ditadura. O primeiro ditador, que havia sido eleito [e permaneceu após o golpe], era civil, e hoje está em prisão domiciliar. Também se descobriu que a lei não incluía os crimes militares cometidos fora do território uruguaio. Assim, foram para a cadeia alguns dos envolvidos na Operação Condor [aliança repressora das ditaduras latino-americanas] e, por causa dela, o ditador seguinte, militar, também foi preso.

“Então, apesar da Lei de Anistia, houve avanços. Já haviam se passado quase vinte anos do primeiro plebiscito, o contexto era outro, e convocou-se, em 2009, um novo plebiscito, que coincidiu com as eleições presidenciais, para revogar a lei. E, por uma diferença de 1% dos votos, ela foi mantida.”

**O cenário atual** – O que torna o Uruguai um caso particular são os plebiscitos. Por duas vezes, a maioria da população votou no sentido de legitimar o que, no passado, foi imposto pelos militares, mas uma parte significativa dela mantém sua luta para acabar com o que o professor chama de “pacto de silêncio”. Assim, o problema se arrasta há vinte e cinco anos sem que se chegue a uma solução.

O fim da Lei da Anistia é uma reivindicação da Frente Ampla, mas nem todos os setores do partido são a favor. O



Parque da Memória, monumento aos desaparecidos inaugurado em novembro de 2007 em Buenos Aires

atual presidente do país, José Mujica, ex-guerrilheiro tupamaro que foi torturado pela ditadura e passou anos em uma cela solitária, é contra, como explica o professor Padrós: “Ele considera que houve uma guerra que seu grupo perdeu, e assume as consequências de seus atos”.

Dentro da Frente Ampla há quem manifeste o receio de que a insistência no tema possa gerar repercussões eleitorais negativas – a revogação da Lei da Anistia é vista por conservadores como uma ameaça à ordem institucional do país. Por outro lado, o Uruguai, assim como o Brasil, foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos pelos crimes cometidos pelo Estado na época da ditadura.

**Fim do apartheid** – Quando se fala em reconciliação nacional após um regime autoritário, o exemplo mais emblemático talvez seja o da África do Sul, onde Nelson Mandela foi eleito presidente depois do fim do apartheid. Edson Luís de Almeida Teles, professor de Filosofia Política na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), tratou, em sua tese de doutorado, do tema da memória nos casos do Brasil e da África do Sul.

Apontando diferenças entre um país e outro, ele afirma que, na África do Sul, optou-se por dar a maior publicidade possível ao processo. Sessões da Comissão da Verdade eram transmitidas em cadeia nacional de rádio e televisão. “Essa publicidade da narrativa do trauma vivido no regime autoritário criou na sociedade um debate que possibilitou a criação de novos valores para a democracia, uma grande reforma do Estado e uma renegociação do espaço público e do seu uso”, diz Edson.

O Brasil, ao contrário, optou pelo silêncio e pela negociação a portas fechadas. Um exemplo disso são as Diretas Já, movimento que gerou algumas das maiores manifestações populares da história do país, mas cujo destino foi decidido numa votação no Congresso.

O que o professor aponta como questão central é a lei da anistia de cada país. A do Brasil, promulgada em 1979,

foi pensada pelos militares para ser ampla, geral e irrestrita. “Ela quase não menciona que crimes seriam anistiados, apenas fala genericamente em crimes com conotação política, e não nomeia o responsável”, afirma Edson, para quem isso favoreceu a cultura da impunidade no país, prejudicando a democracia.

Já na África do Sul, a anistia foi “individual e localizada no tempo e no espaço em um acontecimento criminal único”: para obtê-la, o criminoso deveria se apresentar pessoalmente à Comissão da Verdade e confessar o que havia feito. Se a Justiça eventualmente descobrisse uma participação sua em outro acontecimento, o anistiado responderia por isso. Esse mecanismo também possibilitou que os arrependidos indicassem onde estavam os corpos de opositores desaparecidos, dando a suas famílias o direito de enterrá-los.

**Além das expectativas** – Uma diferença incontornável é a figura de Nelson Mandela. Edson acredita que ele teve um papel “fundamental”, durante o período de reconciliação, ao infundir nos sul-africanos a ideia de que eles deveriam pensar em algo para além de suas expectativas e da normalidade daquela época e do seu processo político.

Edson explica o que significaria essa perspectiva de Nelson Mandela no caso do Brasil: “Não podemos condicionar a Comissão da Verdade aos conflitos do passado. Ela não pode ser decidida com base no conflito entre militares e opositores. Isso é coisa da ditadura, que não existe mais. Nós temos que fazer uma Comissão da Verdade, hoje, pensando em qual futuro queremos para o país, em que democracia vivemos, nas relações de poder... Se continuarmos tratando do problema da ditadura a partir da perspectiva normal que temos, vamos apenas reproduzir algo do passado e não vamos ter uma visão prospectiva, de construção de algo para o futuro. Precisamos ir além das expectativas”.

João Flores da Cunha, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da Fabco

## Justiça argentina condena repressores

O país em que a repressão de Estado é julgada com mais afinco é a Argentina, cuja última ditadura militar (1976-83) foi responsável por crimes contra a humanidade. O ex-presidente Néstor Kirchner impulsionou, durante o seu governo (2003-2007), uma agenda de defesa dos direitos humanos que tinha como eixo essa questão.

Uma das imagens mais marcantes de seu mandato mostra-o no Colégio Militar argentino, ordenando ao chefe do exército que retirasse da parede os quadros dos ditadores Jorge Videla e Reynaldo Bignone. Hoje, estes estão cumprindo pena de prisão perpétua. Dezenas de outros repressores também estão na cadeia. A presidente atual, Cristina Kirchner, deu seguimento a esse processo. Recentemente, o ministro de Justiça e Direitos Humanos declarou: “É impensável que, na Argentina de hoje, um genocida e assassino ocupe um lugar que não seja a prisão”.

A posição do governo atende a uma demanda de parte da sociedade, pelo que se tornou um lema na Argentina: memória, verdade e justiça. As estatísticas não são o único critério para se avaliar a perversidade de uma ditadura, mas revelam a brutalidade da violência: estima-se que o regime vitimou, entre mortos e desaparecidos, 30 mil pessoas. Organizações de defesa dos direitos humanos trabalham até hoje para localizar os filhos que eram recém-nascidos quando seus pais desapareceram. Muitos foram adotados por famílias de militares.

Desde o fim do regime, houve avanços e recuos até o contexto atual, em que o Judiciário pode condenar responsáveis pelos crimes cometidos naquele período. O primeiro presidente da nova democracia, Raúl Alfonsín, criou a Comissão Nacional sobre a Desaparição de Pessoas, que produziu um relatório, conhecido

como Nunca Mais, sobre as atrocidades cometidas pelos militares. Entre abril e dezembro de 1985, os principais líderes do regime foram julgados e condenados por seus crimes.

Rebeliões militares forçaram Alfonsín, no entanto, a promulgar as leis do Ponto Final e da Obediência Devida. Esta estabelecia que os repressores de baixo grau não poderiam ser punidos porque obedeciam a ordens ditadas por seus superiores; aquela decretava que ninguém responderia pelos atos violentos cometidos durante a ditadura.

O presidente seguinte, Carlos Menem (1989-1999), concedeu indultos a civis e militares, livrando-os de cumprir suas penas. Nessa época, prevaleceu o que se chama na Argentina de teoria dos dois demônios: a repressão do Estado seria justificável, porque foi uma resposta à violência dos guerrilheiros; houve erros dos dois lados, que devem ser esquecidos. Ao contrário do que ocorreu no Brasil, onde grupos de extrema esquerda se formaram para tentar tirar os militares do poder, na Argentina havia organizações assim desde antes do golpe. O entendimento atual, que está de acordo com a legislação internacional sobre o tema, é de que o terrorismo de Estado não pode ser equiparado ao de cidadãos.

Em 2003, foi aprovado no Congresso o fim das leis do Ponto Final e da Obediência Devida. Dois anos mais tarde, a Suprema Corte do país declarou ambas inconstitucionais. A partir daí, os julgamentos foram retomados. Desde 2006, a data do golpe é feriado nacional na Argentina, conhecido como dia da memória. No Brasil, até recentemente, o 31 de março, dia do golpe de 1964, constava do calendário oficial do exército como data comemorativa.





# Persistência vence a tuberculose

**Saúde** Previsão de cura pode ser de 98%, mas é preciso fazer o tratamento até o final

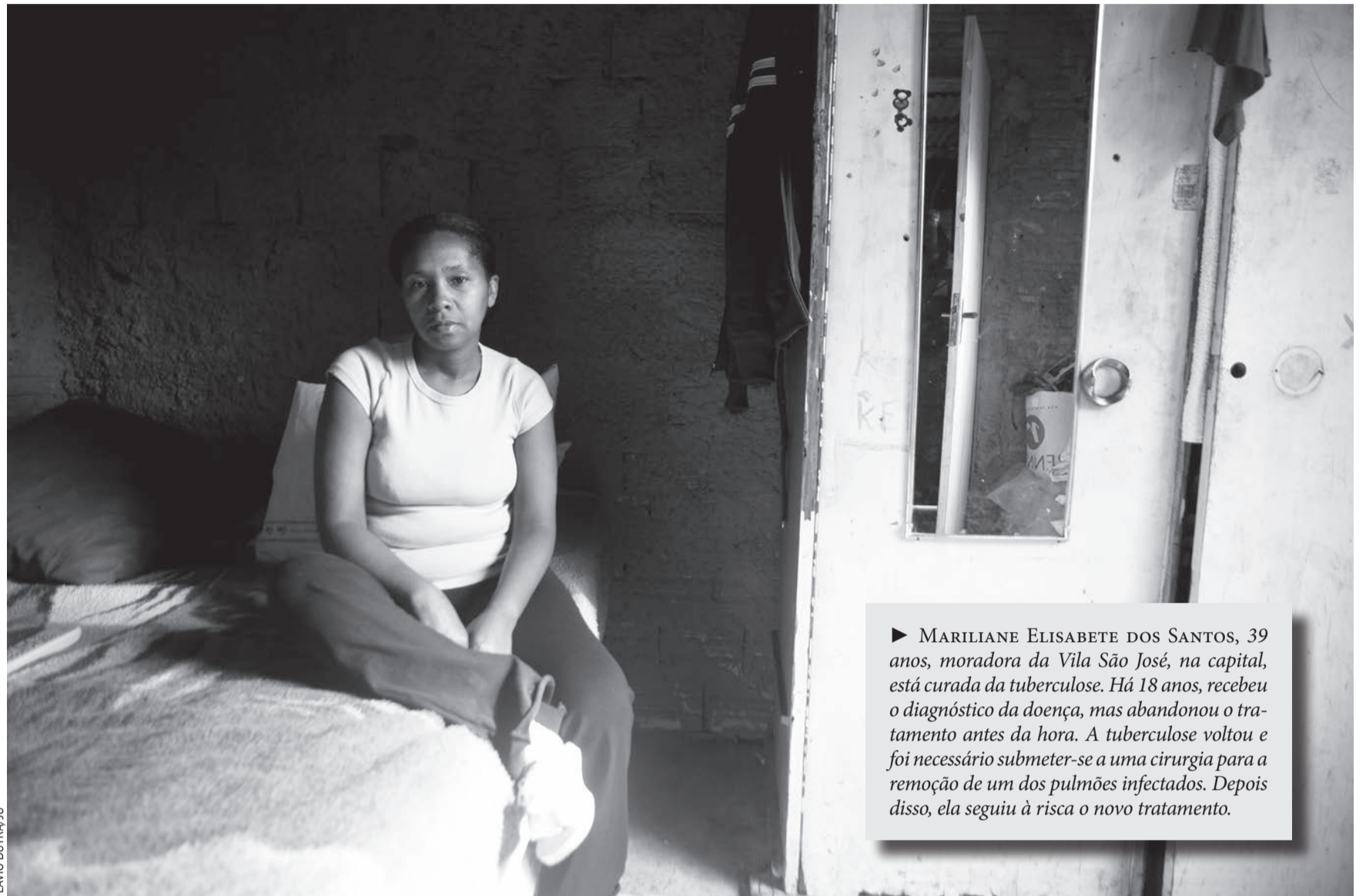
Jacira Cabral da Silveira

A tuberculose no Brasil e na América Latina é um grande problema de saúde pública. Em 2010 foram registrados 70.300 casos novos no país, o que nos coloca no 19.º lugar em taxa de incidência da doença em nível mundial, com um percentual de 38 casos para 100 mil habitantes. O aparecimento e a disseminação de cepas resistentes (MDR- e XDR-TB) agravam mais ainda essa situação. Sem a introdução de novos regimes terapêuticos, que sejam mais curtos e eficientes, é irreal pensarmos que vamos erradicar a tuberculose até 2050, conforme preconiza a Organização Mundial da Saúde.

Para Carla Jarczewski, médica pneumologista e responsável pelo Programa Estadual de Controle da Tuberculose, é alarmante a situação epidemiológica no Rio Grande do Sul: "Somos o quinto estado brasileiro em taxa de incidência, de 46 a 48 casos por 100 mil habitantes, enquanto no resto do país é de 38%". Quando esses números dizem respeito à cidade de Porto Alegre, os dados são ainda mais inquietantes, pois, se a média nacional para as capitais fica em torno de 60 casos por 100 mil habitantes, na capital gaúcha situa-se acima dos 110 casos por 100 mil habitantes. "No ano de 2009 tivemos em torno de 115 casos, e em 2010 foram 112", revela a pneumologista.

Segundo Carla, há cerca de 10 anos, com a municipalização da saúde, o tratamento da tuberculose passou a ser de responsabilidade dos municípios – até então, cabia ao estado tal assistência. É de competência do estado, entretanto, a coordenação do programa de controle da doença, pelas 19 coordenadorias estaduais de saúde, e a capacitação de agentes de saúde (médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem) e do Sanatório Partenon, que é a retaguarda hospitalar do programa. Atualmente, o sanatório disponibiliza 83 leitos, mas, até o final do ano, a previsão é de que esse número chegue a 100.

**Percentual de cura** – A cura é um dos principais problemas dos casos brasileiros de tuberculose, afirma Elaine Black Cecon, coordenadora do Programa de Controle da Tuberculose de Porto Alegre. Enquanto o Ministério da Saúde preconiza que se curem pelo menos 85% dos casos diagnosticados, a média



► MARILIANE ELISABETE DOS SANTOS, 39 anos, moradora da Vila São José, na capital, está curada da tuberculose. Há 18 anos, recebeu o diagnóstico da doença, mas abandonou o tratamento antes da hora. A tuberculose voltou e foi necessário submeter-se a uma cirurgia para a remoção de um dos pulmões infectados. Depois disso, ela seguiu à risca o novo tratamento.

nacional é de pouco mais 70% – no Rio Grande do Sul esse índice é de 65%, e em Porto Alegre a média de cura é de 67%. De acordo com Elaine, isso ocorre devido às altas taxas de abandono do tratamento, que tem como ideal um índice abaixo de 5%; na capital gaúcha, entretanto, esse percentual chega a 17%.

A origem desse panorama, na opinião da médica, começa com o diagnóstico tardio. Primeiro vem a tosse, depois a expectoração. As pessoas vão perdendo peso, ficando prostradas, com febre e, quando chegam a fazer o diagnóstico, a doença já está avançada. Além disso, como esses doentes continuaram convivendo com outras pessoas, possivelmente tornaram-se foco transmissor da doença. Diagnóstico feito, tem início o tratamento de seis meses, com chance de cura em 98% dos casos. O tempo do restabelecimento, contudo, vai depender do grau de comprometimento de cada paciente.

Para os especialistas, o rigor em seguir o tratamento é imprescindível. Mas não é o que acontece num grande número de casos, pois lá pelo terceiro mês, tomando a medicação regularmente, os pacientes julgam poder abandonar o tratamento por já se sentirem melhores. Como essa sensação de melhora não representa cura, uma vez que o bacilo permanece dentro do organismo, é só

questão de tempo para que a doença volte a se manifestar, e muitas vezes já resistente à medicação ministrada.

Nesses casos, o paciente necessita ingressar no segundo esquema de tratamento, que se estende por um ano e meio (18 meses), sendo que nos três primeiros meses são ministradas injeções. "Se as pessoas já abandonam um tratamento de seis meses só com comprimidos, nesse segundo esquema, o índice de desistência é ainda maior", argumenta Elaine.

**Populações de maior risco** – Esse quadro torna-se alarmante se considerarmos que os grupos com menor resistência contra o bacilo são os moradores de rua, as pessoas privadas de liberdade, os portadores de HIV e a população indígena.

Nesse sentido, realizou-se, nos dias 5 e 6 deste mês, em Porto Alegre, a Oficina Regional Sul de Tuberculose e População em Situação de Rua, tendo como foco a alta incidência da doença entre pessoas que vivem nas ruas dos grandes centros urbanos. Segundo Elaine, a população de rua tem 60% mais chance de adoecer de tuberculose, pois é mais difícil para esses indivíduos levarem o tratamento até o final.

Com base nessa realidade, um dos objetivos da Oficina foi pensar a viabi-

lidade de uma rede para diagnosticar e acompanhar, até o final, o tratamento dos moradores de rua: "Mas não é só a Saúde que vai dar conta disso, é também a assistência social; são abrigos, albergues, a retaguarda hospitalar, onde precisamos garantir a internação dessas pessoas", comenta Elaine.

"Nosso propósito como estado é fomentar ações nos municípios para que eles possam executar os programas", afirma Carla Jarczewski. A partir dessa meta, o secretário da saúde do estado, Ciro Simoni, reuniu-se, no dia 17 de maio, com os 15 municípios gaúchos prioritários, em razão de seus dados epidemiológicos (incidência, abandono, cura, mortalidade, etc.). São eles: Alvorada, Canoas, Cachoeirinha, Gravataí, Guaíba, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Sapucaia, Santa Maria, Santa Cruz do Sul, Pelotas, Rio Grande, Viamão, Uruguaiana e Porto Alegre.

**Tratamento** – O tratamento é totalmente gratuito, fornecido exclusivamente pelo Sistema Único de Saúde. Ou seja, mesmo que o diagnóstico de tuberculose tenha origem em consultórios particulares, o encaminhamento e o tratamento são realizados dentro da rede pública de saúde, pois os medicamentos não são comercializados nas farmácias do país. Elaine, entretanto,

afirma que um dos problemas nesse sistema é a centralização. Em Porto Alegre, por exemplo, são apenas 22 unidades de saúde, das mais de 140, que estão preparadas para tratar a doença.

Na previsão de Carla, um dos frutos dessa descentralização será a qualificação do Tratamento Diretamente Observado (TDO), que atualmente é deficitário, resultando nas taxas gaúchas: alta incidência, índice de cura abaixo do preconizado e abandono de tratamento acima do previsto. Outro fator que colabora para a péssima situação do controle da tuberculose no RS é a coinfeção TB/HIV: "Temos no país em torno de 8 a 10% dos pacientes com tuberculose soropositivo para o HIV. No Rio Grande do Sul, esse índice sobe para 20% e, se pegarmos o município de Porto Alegre, dependendo do ano, pode chegar a 33, 35%".

Na avaliação da pneumologista, a forma de mudar o panorama do tratamento da tuberculose no estado é trazer a doença para a agenda política e para o imaginário popular: "As pessoas têm que saber que a tuberculose existe, e o sistema de saúde precisa convencê-las a fazer o tratamento até o final", enfatiza. Segundo ela, o tratamento mais indicado na cura da tuberculose é o diagnóstico precoce: "Costumamos dizer que a maior prevenção é a cura".

## Pesquisador que fez mestrado na UFRGS busca novas terapias contra a doença

Luiz Pedro de Carvalho, coordenador do Laboratório de Química Biológica e Biologia de Sistemas de *Mycobacterium tuberculosis* do Medical Research Council (MRC-NIMR), da Inglaterra, desenvolve pesquisa sobre a química e a fisiologia da bactéria causadora da tuberculose e sobre o desenvolvimento racional de novos antibacterianos. A Inglaterra e os Estados Unidos têm investido fortemente em pesquisas contra a tuberculose, e o MRC é a entidade referência do governo inglês que financia pesquisas biomédicas.

Segundo Carvalho, que fez seu mestrado em Farmácia pela UFRGS, o objetivo do estudo que coordena no laboratório, e para o qual

tem requisitado bolsistas de universidades brasileiras, é aprender o máximo possível sobre metabólitos, enzimas e vias metabólicas de *M. tuberculosis*, essenciais para a sobrevivência e o desenvolvimento da doença. "Quanto mais entendermos o modo como essa bactéria sobrevive e evade o nosso sistema imune e os antibióticos disponíveis hoje, mais fácil será o desenvolvimento de novas terapias contra a tuberculose", garante.

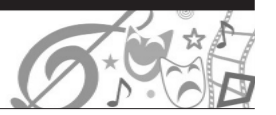
Para caracterizar novos compostos que irão penetrar na bactéria transmissora da tuberculose, inibir enzimas e rotas metabólicas que atualmente não são alvos de fármacos antituberculose, serão utilizados métodos avançados de bioquímica,

biologia de sistemas, microbiologia, biologia estrutural, farmacologia, química bioanalítica e farmacêutica. Se os resultados forem promissores, avalia o pesquisador, ensaios com humanos mostrarão se esses compostos funcionam na clínica em pacientes imunodeprimidos, deprimidos, subnutridos e que possuam outras doenças. "A nossa meta é descobrir e caracterizar novas reações enzimáticas e rotas metabólicas, e explorar estratégias para o desenho racional de futuros fármacos", afirma.

De acordo com Carvalho, as principais dificuldades no trabalho com tuberculose são a seleção de alvos essenciais durante a infecção, a

identificação de compostos capazes não só de inibir o alvo, mas também de penetrar a parede celular da microbactéria: "A incorporação/otimização de características moleculares que facilitem a penetração e a retenção do composto no local da infecção em níveis adequados para efeito terapêutico e que impeçam a seleção de cepas resistentes", explica. Devido à longa terapia (6 a 24 meses), novos fármacos não podem apresentar muita toxicidade e, idealmente, têm que funcionar em conjunto com os medicamentos utilizados na atualidade contra a tuberculose. "Além disso, novos fármacos também não devem ter efeito na terapia da AIDS/HIV", adverte o pesquisador.





# Imagens e memórias da Redenção

## Lançamento

**Obra recupera a história do espaço público mais antigo e simbólico de Porto Alegre**

Everton Cardoso

Para um habitante de Porto Alegre, é sempre um momento nostálgico falar, ouvir ou ler sobre a Redenção, pois é raro quem não tenha uma lembrança sequer relacionada ao espaço verde mais antigo e conhecido da cidade. No livro *Parque Farroupilha: Redenção*, a memória desse lugar que tanto povoa o imaginário dos que por ali circulam tenta traduzir a nostalgia que sempre parece pairar sobre os monumentos que mantêm presentes as marcas de outros tempos.

O primeiro texto do livro é de autoria de Moacyr Scliar e tenta recuperar um pouco da relação que um dos gaúchos mais notórios da atualidade tinha com o parque. Uma lembrança de infância do escritor, publicada anteriormente em seu primeiro romance, *A guerra do Bom Fim*, é pretexto para relembra a época em que todos aqueles recantos e monumentos povoavam a fantasia da criança que brincava que o seu bairro era um país de faz de conta.

Já o texto do historiador Gunter Axt apresenta uma sequência de datas e fatos que aos poucos reconstrói a evolução de Porto Alegre e da Redenção. Desde o antigo povoado portuário que recebeu a primeira leva de imigrantes açorianos em 1752 até o tombamento do parque em 1997, dezenas são as histórias recuperadas. Entre os episódios,



Acima, pavilhão do Rio Grande do Sul na exposição de 1935. Ao lado, vista aérea na década de 1940

o da Batalha dos Tamancos – em que os soldados do Império, em 1839, fugiram dos ginetes farrapos deixando para trás seus calçados – e a Exposição do Centenário Farroupilha de 1935 – quando se pretendeu “conectar a tradição gaúcha e a memória regionalista com o mundo”. Esse evento, aliás, uma tentativa de

demonstrar o potencial do estado: no parque havia mais lâmpadas elétricas do que no restante da cidade.

Ainda que os textos tenham sua importância no conjunto do livro, é na seleção de fotografias que está o grande mérito da obra. São imagens recuperadas de 15 arquivos, museus

e outras instituições, além de acervos pessoais, que mostram a Redenção e as modificações sofridas no seu espaço desde 1807, quando a então denominada Várzea do Portão foi designada uma área pública da Vila Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre. A construção dos edifícios históricos da UFRGS, os exercícios militares, a pavimentação, os bondes com tração animal na Avenida João Pessoa e as imagens do espelho d'água – que fora concebido para ser também uma piscina, onde aconteciam, inclusive, campeonatos de natação – são alguns dos momentos curiosos retratados nas imagens. Memória e história, então, se misturam nesse verdadeiro álbum de fotografias que certamente agrada aqueles que alguma vez pisaram as trilhas de saibro do coração verde de Porto Alegre.

## Elogio ao movimento

**Literatura** *Dicionário analisa efeitos da mobilidade sobre a escrita dos autores*

Thaís Aragão\*

Façamos um pequeno percurso pelos tipos de movimento que o autor pode realizar no interior de uma obra literária. Falar de um lugar ou falar de um tempo que não são os seus talvez sejam as mais comuns “viagens da imaginação” compreendidas pelo escritor. Ele pode, ainda, contar uma história, movendo-a de uma voz narrativa a outra. Isso significa, por exemplo, que o texto está em primeira pessoa e, de repente, o leitor passa a ser conduzido por um narrador onisciente, ou que essa voz é assumida por outro personagem – senão por vários. Além dessas múltiplas enunciações, os próprios significados podem ser moventes.

E o que acontece quando o próprio autor muda de endereço? Para a organizadora do *Dicionário das mobilidades culturais: percursos americanos*, Zilá Bernd, isso pode alterar profundamente o teor de suas linhas. “É uma questão que se coloca em face da globalização, com a presença de fluxos migratórios cada vez mais importantes. Os escritores que emigram muitas vezes têm que se exprimir numa outra língua que não é a materna. Nessa situação, eles vão sempre fazer um movimento de ir e vir entre pelo menos dois horizontes culturais: o de origem e o de adoção.”

A obra foi lançada na última Feira do Livro de Porto Alegre e também em Belo Horizonte, durante aula inaugural proferida pela organizadora no Instituto de Letras da UFMG. Professora convidada do Programa de Pós-graduação em Letras da UFRGS e bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

(CNPq), ela reuniu textos de colegas do grupo de trabalho sobre Relações Literárias Interamericanas da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL).

**Diáspora e deriva** – “O livro é uma espécie de elogio ao movimento. Esses deslocamentos repercutem na produção artística, que se compõe num entrelugar. A consequência são escrituras híbridas”, diz Zilá. Para ela, é a partir dessas obras diaspóricas e em deriva que a literatura hoje produzida nas Américas tem a experiência do novo. Aliás, *diáspora e deriva* são dois dos 20 verbetes (ver quadro) sobre os quais se debruçaram dezenove pesquisadores de diversas nacionalidades. Em forma de artigo, as reflexões se iniciam esmiuçando as pistas deixadas pela etimologia das palavras, para depois trazer a aplicação dos conceitos a um determinado corpus literário.

Além do Brasil, países como Canadá e Cuba têm seu lugar no compêndio, que compreende estudos envolvendo as quatro línguas mais abrangentes do continente: português, espanhol, inglês e francês. Uma das presenças no dicionário é a de Pierre Ouellet, membro da Academia de Letras de Quebec e professor da Université du Québec à Montréal (UQAM), para quem a mobilidade que marca nossa época não afeta somente os corpos ou a informação, mas o espírito e a consciência. Além de transnacional ou transcultural, ele acredita que a mobilidade gerada pelas migrações também é “transubjetiva” e que pode permitir “a evasão de um ego ou de um ‘eu’ tão opressivo quanto o ‘aqui’ e o ‘agora’”.

Em alguns casos, os próprios pesquisadores estão experimentando trânsitos. Elena Cristina Palmero González, que assina o verbete *Deslocamento*, iniciou sua carreira acadêmica em Cuba, foi fazer pós-doutorado na França e, no Brasil, passou por duas instituições do Rio Grande do Sul (FURG e UCPEL) antes de se estabelecer como professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

**Nomadismo intelectual** – “O que interessa na mobilidade é essa abertura para ‘o outro’. Essa abertura para a diversidade, a inclusão do marginal no pensamento literário”, avalia a organizadora. “Numa visão tradicional da literatura, o imaginário de um escritor era compartilhado com os autores do seu tempo, do seu país. Claro que sempre houve autores brasileiros que leram muito os autores franceses, argentinos, portugueses. Mas hoje acreditamos que esse fenômeno ocorre de uma forma mais acelerada, e isso chamamos de nomadismo intelectual ou espírito migrante”, explica Zilá.

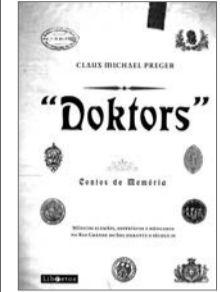
O *Dicionário* é o resultado de três anos de pesquisa, desenvolvida com apoio do CNPq, da qual já emerge mais um projeto. Dessa vez, a atenção estará voltada para a memória e o esquecimento. Parte dessa pesquisa aparecerá no próximo número da revista *Conexões Letras*, periódico do Instituto de Letras da UFRGS. Zilá é editora convidada do lançamento do próximo número, que deve sair do forno em julho – em versão impressa e também virtual.

\*Jornalista e produtora cultural da UFRGS

## JU indica

### “Doktors” – Contos de Memória

Claus Michael Preger  
Libretos, 2011, 328 páginas, R\$ 40



Obra que apresenta um relato afetivo sobre a chegada ao Rio Grande do Sul dos “doktors”, nome dado pelos pacientes das colônias do interior

gaúcho aos médicos vindos da Alemanha, da Áustria e da Hungria, no período compreendido entre as duas guerras mundiais. O autor, também ele um médico e filho de um desses imigrantes, entremeia suas lembranças com a história de vida de 32 doutores. Um desses relatos é o do médico violinista Rudolf Meyer, formado em Berlim e forçado a emigrar em 1934 em razão das perseguições político-raciais do governo nazista. Instalado em Porto Alegre, seu talento musical lhe garantiu um lugar na orquestra do Maestro Campanella, na Rádio Farroupilha da capital. Já casado e com uma licença provisória para o exercício da medicina, transferiu-se para Antônio Prado, onde assumiu a direção do hospital local. Mas, durante o Estado Novo, essa licença foi caçada e ele viu-se na clandestinidade profissional. Denunciado por um colega, foi preso em 1940 e enviado a Porto Alegre. Na prisão onde permaneceu por vários meses, montou uma enfermaria em que atendia a casos clínicos e realizava pequenas cirurgias. Solto, conseguiu revalidar seu diploma em 1948. Dois anos mais tarde, foi convidado pelo maestro Pablo Komlós para ser o “spalla” (primeiro violino) da recém-criada OSPA, apresentando-se aos finais de semana. Em 1958, Rudolf retornou definitivamente à Alemanha, onde viveu até sua morte em 1979. (Ânia Chala)

### Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo

Patrice Schuch, Miriam Steffen Vieira e Roberta Peters (orgs.)  
Ed. da UFRGS, 2010, 232 páginas, R\$ 25 (valor médio)



As experiências da prática etnográfica ficam, em geral, restritas às introduções de teses e livros ou às aulas de métodos e técnicas de pesquisa. Os

textos que compõem este livro são fruto das reflexões surgidas no ciclo de palestras *Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo*, realizado em novembro de 2007 pelo Núcleo de Antropologia e Cidadania da UFRGS. Para quem deseja entender o que é a prática etnográfica, nada melhor do que ler a terceira parte da obra, em que cinco antropólogos apresentam trechos dos diários de campo de suas pesquisas. Miriam Vieira, por exemplo, nos expõe o contexto de sua etnografia em uma Delegacia de Mulheres na cidade de Porto Alegre. Inicialmente, ela se dedica à pesquisa dos boletins de ocorrências (o primeiro documento gerado em um atendimento policial e que fica arquivado na delegacia), a fim de investigar o processo de construção de categorias jurídicas em torno da violência sexual. Porém, à medida que passa a circular pelos diferentes setores da delegacia, seu diário de campo acaba por revelar também como são as relações entre agentes policiais e clientela. (A.C.)





# Lugar privilegiado para a música popular

Everton Cardoso

Porto Alegre, no início dos anos 1980, tinha uma cena musical que se dividia, principalmente, entre a boemia do bairro Bom Fim, onde estavam concentrados bares e casas noturnas em que predominavam o rock e o *pop*, e a cena *underground* e nativista da Cidade Baixa. Nesse contexto e num momento em que a ditadura já se abrandava mas ainda causava medo, surgiu o Unimúsica – projeto que há trinta anos movimenta a produção musical da cidade e também traz para cá espetáculos que, de outra maneira, dificilmente chegariam aos palcos da capital.

Na década em que houve uma lenta abertura política no país após quase vinte anos de repressão, viu-se a oportunidade para, segundo depoimento do então Pró-reitor de Extensão da UFRGS, Ludwig Backup, em publicação de 2002 (Ed. da Universidade) sobre o Projeto Unicultura, diminuir a distância existente entre a administração central da Universidade – identificada com o *status quo* – e os estudantes. “A vontade que o Backup tinha era de ter um espaço de fruição informal de música que criasse um hábito na comunidade universitária”, acrescenta a jornalista Clarice Aquistapace, então encarregada do Unimúsica. Abriam-se, dessa forma, as portas do Salão de Festas da reitoria que hospedara bailes glamorosos nos anos 50 e 60 para uma nova geração de estudantes de cabelos longos e que ainda trazia consigo algo do espírito *hippie* da década anterior.

Com a ideia de dar espaço às manifestações locais, o projeto recebia propostas de espetáculos de cantores e grupos que tivessem algum tipo de ligação com a UFRGS. Para auxiliá-la na seleção dos músicos que integrariam a programação, Clarice procurou o Departamento de Música do Instituto de Artes. “O Celso Loureiro Chaves, na época, era um dos poucos professores de lá que tinha um trânsito bom entre a música popular feita em Porto Alegre e a música erudita. Ele tinha, inclusive, um programa de televisão com comentários sobre música popular”, lembra a jornalista.

**Do erudito ao popular** – Aquele era, segundo Clarice, um momento em que a Universidade se restringia à alta cultura, à música erudita. “Existia uma crítica ao Unimúsica, porque foi a primeira abertura explícita para a cultura popular dentro da academia. Havia coisas esporádicas, mas não como parte da rotina. Essa mudança, obviamente, foi uma opção da gestão de então, não foi por acaso”, pontua. A escolha do primeiro espetáculo reflete, de alguma forma, um pouco dessa realidade: uma apresentação conjunta do coro, da orquestra e do conjunto de câmara da UFRGS, todos vinculados à Pró-reitoria de Extensão. “Com a ideia de não ser excludente, procurou-se fazer do Unimúsica um espaço que abrigasse todos os tipos de expressão musical – essa foi a ideia no início. Depois, os projetos nos mostraram que não era bem assim”, lembra a jornalista.

Como a academia é naturalmente conservadora, a então organizadora do evento recorda que havia muita resistência à quebra de protocolo promovida pela novidade. “Por exemplo, os espetáculos de música erudita naquela época exigiam que os músicos estivessem de terno e gravata, no mínimo. Mas no Unimúsica eles iam tocar Brahms ou Beethoven de jeans

## Unimúsica

*Há trinta anos, o projeto dá espaço a músicos iniciantes, traz à cidade grandes nomes da música brasileira e movimenta a cultura porto-alegrense*



Arthur Nastrovski e Zélia Duncan fizeram o show de abertura da temporada 2011

e tênis. Tinha gente que torcia o nariz”, relata. A partir de março de 1983, o Doze e Trinta, realizado às terças-feiras, passou a abrigar os concertos de música erudita, deixando o espaço do Unimúsica como lugar prioritário para a música popular. Para comemorar a quinquagésima edição, em setembro de 1982, uma amostra dessa mistura entre o erudito e o popular: espetáculo de Nei Lisboa e banda, acompanhados de um conjunto de cordas e sopros da OSPA.

Ainda que a Porto Alegre da década de 1980 já contasse com uma vida cultural relativamente agitada, ela pouco se parecia à que se tem atualmente. “O movimento de música popular urbana ainda era pequeno na cidade, tanto é que essa menina que participou do Unimúsica são hoje os nomes que estão aí”, explica Clarice, ao recordar o papel do projeto na movimentação da cultura na capital. Nei Lisboa, Totonho Villero, Renato Borghetti, Hique Gomez e outros músicos que depois ganharam projeção maior tiveram espaço para a divulgação de seu trabalho no evento que buscava também ser uma “vitrine” para os novos talentos.

Em seu formato original, o Unimúsica consistia em uma série de concertos semanais que acontecia de março a novembro – com pausa em julho. Em 1983, passou a integrar a programação do Uniarte, que incluía o Unifilme, com sessões de cinema às segundas, o Doze e Trinta, com concertos de música erudita às terças, o Unicena, com peças teatrais às quartas, o Unidança, com apresentações de diferentes formas de dança às quintas, e o Unimúsica, já tradicional com seus espetáculos de música popular às sextas. Esse formato durou até 1985, quando a nova administração da Universidade adotou uma política cultural diferente e extinguiu o projeto.

Ainda que tenha havido uma tímida retomada do Unimúsica em 1989, com oito shows, foi em 1993 que o projeto retornou com o mesmo vigor que mostrara no início da década anterior. A

abertura foi com o espetáculo Geração Unimúsica, realizado no Salão de Atos, e que reuniu músicos de destaque na cena sul-rio-grandense que haviam estreado no improvisado palco do Salão de Festas da reitoria nos anos 80: Hique Gomez, Glória Oliveira, Fernando Corona, Paulo Gaiger e Totonho Villero. Desde então até 1998, o Unimúsica integrou a programação do Unicultura – um conjunto de atividades culturais que englobava treze áreas, como arquitetura, literatura e artes visuais. O projeto manteve-se nesse formato até que, em 2004, passou a constituir-se de uma série de concertos e de outras atividades pensadas e programadas a partir de um tema central.

### Música popular e conhecimento

Em 2004, o Unimúsica, que já era coordenado pela produtora cultural Lígia Petrucci desde 2002, organizou-se ao redor do tema *Piano e Voz*. Foram, então, onze espetáculos, duas mesas-redondas e oito oficinas envolvendo um público total de doze mil pessoas, músicos como os pianistas José Miguel Wisnik e Geraldo Flach, e as cantoras Ná Ozetti e Nana Caymmi. Desde então, as séries *Música Instrumental*, *Festa e Folgado*, *As Palavras das Canções*, *Contrapontos* e *Percussionistas* movimentaram a cena cultural da cidade com o objetivo de formar um público que, por meio dessas atividades, pudesse ter mais elementos para compreender o que lhe era apresentado em termos de produção musical. Era, segundo Lígia, uma tentativa de “ver a música popular de um modo mais amplo, não só como entretenimento, mas como uma forma de conhecimento. O Unimúsica tem um sentido de dar a conhecer”. Há um compromisso de mediação que é responsabilidade da ação cultural.”

Com essa nova perspectiva, então, o Unimúsica não se restringe a músicos locais. O intuito é trazer participantes de outros estados e, muitas vezes, promover encontros entre os artistas

## Unimúsica 30 Anos – Série Tempomúsicapensamento

- 2 de junho - Zélia Duncan e Arthur Nastrovski
- 14 de julho - Trio 3-63: uma homenagem a Moacir Santos (Andrea Ernest, Marcos Suzano e Paulo Braga), com participação de Lui Coimbra e Carlos Negreiros
- 4 de agosto - Vitor Ramil
- 1.º de setembro - Egberto Gismonti e Orquestra de Câmara do Teatro São Pedro
- 6 de outubro - Duos Brasileiros (Ná Ozetti e André Mehmari, Mônica Salmaso e Teco Cardoso, Izabel Padovani e Ronaldo Saggiolato)
- 10 de novembro - Renato Borghetti Quarteto e Alegre Corrêa
- 8 de dezembro - Zé Miguel Wisnik

Os espetáculos acontecem sempre às 20h. As senhas devem ser retiradas três dias antes no mezanino do Salão de Atos da UFRGS das 9h às 18h ou pelo site. Haverá também ensaios abertos (com exceção de novembro) na noite anterior ao espetáculo, às 20h, e, em dezembro, debates, palestras e o lançamento de uma publicação sobre o tema deste ano. As inscrições para os ensaios abertos são feitas somente pela internet. Informações pelos telefones (51) 3308-3034 e 3308-3933, pelo e-mail [difusaocultural@ufrgs.br](mailto:difusaocultural@ufrgs.br) ou no site [www.difusaocultural.ufrgs.br](http://www.difusaocultural.ufrgs.br).

porto-alegrenses e os de fora. Tem, pois, um sentido de circulação. A ideia central de cada uma das séries normalmente surge da coordenadora do projeto e depois é discutida em um conselho consultivo. O grupo, formado por sete pessoas ligadas à Universidade ou não e que têm relação com a música, opina sobre a escolha da temática e participa do processo de seleção dos músicos e da montagem da programação.

O público que, de 2004 a 2010, variou entre 7 e 12 mil pessoas em cada ano, parece ter uma relação afetiva com o projeto. “As pessoas se sentem parte do Unimúsica. A gente percebe isso na conversa com elas, na hora de distribuir os programas. Há gente de todas as idades: vêm famílias, músicos, escolas, turmas de EJA e grupos de praticantes de música”, descreve Lígia. Uma pesquisa realizada pela Difusão Cultural da UFRGS, em 2010, apontou que aproximadamente metade das

pessoas que vêm aos shows do projeto possui vínculo com a Universidade, sendo que, entre essas, a maioria é de alunos e ex-alunos. Além disso, o estudo apontou que o público é fiel, pois a maior parte já participou de outras edições e quase metade assistiu a mais de dez espetáculos.

Seja pela improvisação e pelo clima meio *hippie* dos anos 80, tal como lembrado por Clarice Aquistapace, seja pelas séries organizadas por Lígia Petrucci, o fato é que o Unimúsica se firmou como um espaço de promoção da cultura musical na capital. Os objetivos, a programação e os formatos foram se alterando com o tempo: primeiramente, uma vitrine para músicos iniciantes locais; mais tarde, um espaço privilegiado para a formação de público. O fio condutor, porém, tem permanecido o mesmo nesses trinta anos: movimentar Porto Alegre e despertar o interesse pela música popular.



► **Redação** Caroline da Silva | Fone: 3308-3368 | Sugestões para esta página podem ser enviadas para [jornal@ufrgs.br](mailto:jornal@ufrgs.br)

## DESTAQUE

## Memória articulada



Museu da UFRGS sedia exposição Bom Fim: um Bairro, Muitas Histórias até 1.º de julho

### Museologia

#### Espaços de acervos da Universidade podem atuar em rede

Mais de mil museus e instituições de todo o país apresentaram uma programação especial de 16 a 22 de maio, período que compreende a Semana Nacional dos Museus. Por aqui, o evento assinalou o lançamento oficial do programa Rede de Museus da UFRGS.

Capitaneado pela diretora do Museu da Universidade Cláudia Porcellis Aristimunha e pela coordenadora do curso de Museologia, a professora Marlise Giovanaz, o projeto intenta a troca entre os espaços de memória da UFRGS. Podem participar o Observatório Astronômico, o Planetário, o Herbário Fitopatológico José Porfírio da Costa Neto, o Museu da Informática, o Museu do Motor, o Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto, o Museu de Ciências Naturais do Ceclimar, o Museu de Topografia Prof. Laureano Ibrahim, o Núcleo de Arqueologia, o Centro de Memória do Esporte e outros acervos, como os das

Faculdades de Odontologia e de Letras. “Os preceitos são a adesão voluntária e não levar nada para o Museu da UFRGS, tudo tem de ficar no seu contexto”, comenta Cláudia Aristimunha.

Um museu, por definição, segundo a diretora, tem de guardar, pesquisar sobre e divulgar o acervo. “Não queremos transformar todos esses espaços em museus, e eles nem precisam ser. Porque existe uma diferença entre coleção científica, que é para o uso dos pesquisadores daquela área, e um museu ou memorial. Uma unidade pode ter um memorial, que pode estar aberto ao público. Muitas coleções não são divulgadas para o público externo, mas apenas para os seus pares, porque são para pesquisa. Outras são apenas coleções, objetos de memória guardados, recolhidos por alguém que se interessa. Mas estão mal guardados, mal conservados, correndo riscos e poderiam estar bem identificados, preservados e ainda assim à mostra. Com a formatação da rede, será possível dar essa assessoria, caso eles queiram, obviamente.”

O Museu da UFRGS já presta consultorias há muitos anos, inclusive para órgãos de fora da Universidade, sobre catalogação e concepção de mostras. Um exemplo simples é o de evitar-se o uso de

identificações adesivas, que são muito ruins para quaisquer peças, uma vez que a cola interfere.

Cláudia cita uma grande vantagem de estar interligado: a divulgação conjunta. Uma das ações será a elaboração de um site da rede, por meio do qual será possível acessar os tipos de acervos existentes, saber onde se localizam, o horário em que podem ser visitados.

Além disso, serão veiculadas notícias, editais de financiamento e as programações especiais de cada memorial. Outro ponto positivo é o fato de unidades distintas poderem entrar em concursos conjuntamente.

O cadastro dos membros e a sua capacitação serão os primeiros passos. “Já oferecemos oficinas de memória (sobre a importância de documentos, objetos, como melhor acondicioná-los) e palestras. Todos que necessitarem de assessoria técnica serão atendidos. Fora isso, podemos pensar, conforme as demandas, em cursos específicos para cada área, procurando os profissionais adequados”, relata Cláudia.

A ideia é tentar inserir o programa de extensão ainda em 2011 e propiciar a participação de estudantes de todas as formas possíveis: bolsas de extensão, voluntários e estágios em Museologia.

## CINEMA

## Mostra Orson Welles

Ciclo de filmes da Sala Redenção com as obras do autor que revolucionou a linguagem cinematográfica. Curadoria conjunta de Tânia Cardoso e Roberto Pinheiro Machado. Apoio do Centro de Entretenimento E o Vídeo Levou.

**CIDADÃO KANE** (EUA, 1941, 119min)  
A ascensão de um mito da imprensa americana, de garoto pobre no interior a magnata de um império dos meios de comunicação.  
Sessões: 1.º de junho, 16h; 13 de junho, 19h; 28 de junho, 19h; 29 de junho, 16h

**SOBERBA** (EUA, 1942, 88min)  
Na Indianópolis do final do século XIX, jovem sonha em se casar com filha de uma rica família, mas ela acaba escolhendo outro. Anos depois, o rapaz preterido se torna um grande homem de negócios e regressa à cidade com sua filha.



**A DAMA DE SHANGHAI** (EUA, 1947, 87min)  
Marinheiro socorre bela mulher quando ela sofre um assalto. No dia seguinte, ele é convidado pelo marido da vítima a trabalhar no iate do casal durante uma viagem.  
Sessões: 2 de junho, 19h; 3 de junho, 16h; 16 de junho, 16h; 27 de junho, 19h; 28 de junho, 16h

**MACBETH - REINADO DE SANGUE** (EUA, 1948, 114min)  
Escócia, século XI. Instigado por uma profecia e por sua pérfida esposa, o nobre Macbeth comete atos traiçoeiros, começando um reinado de sangue.  
Sessões: 3 de junho, 19h; 6 de junho, 16h; 16 de junho, 19h; 17 de junho, 16h

## TEATRO

## 9.ª Mostra Anual Universitária de Teatro: Teatro, Pesquisa e Extensão

Mostra teatral do Departamento de Arte Dramática do Instituto de Artes em parceria com as Pró-reitorias de Pesquisa e de Extensão.

**A MULHER DE PUTIFAR**  
Uma mulher sem nome, sem rosto e sem presente. A um só tempo, escrava e senhora de um passado. A peça é resultado do trabalho de Franciele Aguiar para a disciplina de Estágio de Atuação I, sob a orientação de Irion Nolasco. O espetáculo foi inspirado em textos bíblicos e fragmentos da literatura de Gonçalo M. Tavares e Sylvia Plath. Elenco: Franciele Aguiar e Patrick Peres.  
Sessões: 1.º, 8, 15, 22 e 29 de junho  
Local e horário: Sala Alziro Azevedo, às 12h30min e às 19h30min  
Entrada franca

## Núcleo de Estudos da Canção

O projeto abre espaço para a troca de conhecimentos sobre a canção popular brasileira.

**ENCONTRO COM VAGNER CUNHA**  
O músico abordará sua experiência como arranjador, mostrando exemplos de arranjos e de recriações de canções.  
Data: 20 de junho  
Local e horário: Sala Fahrion, às 19h  
Inscrições: [www.difusao-cultural.ufrgs.br](http://www.difusao-cultural.ufrgs.br)

## Colóquios de Música Antiga na UFRGS

Ciclo de palestras seguido de apresentações musicais, com uma edição mensal. Promoção do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Música do Instituto de Artes. As palestras têm custo de R\$ 35 para a comunidade e de R\$ 25 para os alunos da UFRGS. Os concertos têm entrada franca.

## MÚSICA

## Vale Doze e Trinta

Projeto de extensão que abre espaço para novos artistas.

**REVERBA TRIO**  
Show de música instrumental da banda que apresenta um trabalho autoral inspirado na *surf music*, no *rhythm'n'blues* e em outros gêneros, como as músicas árabe, mexicana, italiana e sul-americana. Em caso de chuva, o show será transferido.  
Data: 14 de junho  
Local e horário: Praça Central do Câmpus do Vale, às 12h30min  
Entrada franca

## II Seminário Internacional de Regência Coral

Evento que trará a Porto Alegre Néstor Zadoff, professor da Universidade de Buenos Aires, regente do Coro Nacional de Jovens da Argentina e autor de inúmeros arranjos corais. Promoção do Departamento de Música do Instituto de Artes.

mento de Música do Instituto de Artes.  
Data: 15 a 18 de junho  
Local e horário: sala 33 do Instituto de Artes, das 8h30min às 12h30min e das 14h às 18h  
Investimento: R\$ 100 à vista ou 2 parcelas de R\$ 60 para alunos do DMUS/UFRGS e filiados à FECORS, e R\$ 140 à vista ou 2 parcelas de R\$ 80 para a comunidade de em geral.  
Informações: [extmusica@ufrgs.br](mailto:extmusica@ufrgs.br)

**A ARTE DA FUGA: MONUMENTO DA MÚSICA OCIDENTAL**  
Palestra com os professores Marcelo Fagerlande (UFRJ) e Ana Cecília Tavares (Escola de Música de Brasília)  
Data: 18 de junho  
Local e horário: palestra no Auditório Tasso Corrêa, às 9h; concerto no mesmo local, às 18h30min  
Informações: 3308-4325

**OTHELLO** (EUA, 1952, 93min)  
Othelo casa-se com a linda Desdemona, mas, influenciado pelo perverso Iago, começa a duvidar da fidelidade da esposa.  
Sessões: 6 de junho, 19h; 7 de junho, 16h; 17 de junho, 19h; 20 de junho, 16h



**A MARCA DA MALDADE** (EUA, 1958, 95min)  
Ao investigar um assassinato, chefe de polícia mexicano em lua de mel entra em choque com um corrupto detetive norte-americano.  
Sessões: 7 de junho, 19h; 8 de junho, 16h; 20 de junho, 19h; 21 de junho, 16h; 29 de junho, 19h; 30 de junho, 16h

**O PROCESSO** (FRA, 1962, 118min)  
Clássica adaptação wellesiana da obra-prima de Franz Kafka.  
Sessões: 8 de junho, 19h; 9 de junho, 16h; 21 de junho, 19h; 22 de junho, 16h

**F FOR FAKE - VERDADES E MENTIRAS** (EUA, 1973, 86min)  
Welles utiliza a história de um brilhante falsificador de quadros, o húngaro Elmyr de Hory, para levantar questões pouco exploradas sobre o sentido da mentira na arte.  
Sessões: 9 de junho, 19h; 10 de junho, 16h; 22 de junho, 19h; 24 de junho, 16h; 30 de junho, 19h

**DON QUIXOTE** (EUA, 1992, 116min)  
O filme mostra a gente e os costumes espanhóis, destacando as largadas e corridas de touros que tanto fascinavam Welles, sem deixar de lado tradições populares, como as festas dos Mouros e Cristãos.  
Sessões: 10 de junho, 19h; 13 de junho, 16h; 24 de junho, 19h; 27 de junho, 16h

## EXPOSIÇÃO

## Vida é Jogo, Jogo é História! Esporte e Civilização

Curso de extensão em forma de ciclo de cinema, exibido na Sala Redenção e promovido pelos Departamentos de História do IFCH e de Difusão Cultural da Pró-reitoria de Extensão. As sessões ocorrem aos sábados, às 15h30min. Ingressos: R\$ 4

**CARRUGENS DE FOGO** (EUA, 1981, 123min) dir. Hugh Hudson  
Tema: A inocência da civilização: o esporte na Belle Époque  
Em 1924, dois atletas britânicos competem nas Olimpíadas: um é missionário devoto que corre em nome de Deus; o outro, um estudante judeu que entra na disputa para fugir de preconceitos.  
Comentadores: Carla Brandalise e Miguel Stédile  
Sessão: 4 de junho

**MUNIQUE** (EUA, 2005, 163min), de Steven Spielberg  
Tema: O medo do esporte: os descaminhos da civilização  
Grupo de palestinos massacrados durante as Olimpíadas de Munique, em 1972. O governo de Israel planeja, então, uma vingança exemplar.  
Comentadores: Christian Karam e Diorge Konrad  
Sessão: 11 de junho

**INVICTUS** (EUA, 2009, 133min), de Clint Eastwood  
Tema: “Invicto mas inacabado”: esporte e Apartheid na África do Sul  
Em seus primeiros anos como presidente, Nelson Mandela utiliza o rúgbi para tentar amenizar o fosso entre negros e brancos.  
Comentadores: Luiz Dario Teixeira Ribeiro e Jéferson Garcia  
Sessão: 18 de junho

**À PROCURA DE ERIC** (Bélgica/França/Itália/Espanha/Inglaterra, 2009, 116min), de Ken Loach  
Divorciado e guardião de dois enteados, o carteiro Eric tem problemas como solidão, dinheiro, bebida e o envolvimento de um de seus garotos com gângsters.  
Comentadores: Luis Augusto Fischer e Rafael Hansen Quinsani  
Sessão: 25 de junho

## Exposição

## Luiz Eduardo Robinson Achutti - Fotografias dos 35 Anos de Carreira

Exposição que integra o projeto Percurso do Artista. Professor do Instituto de Artes e do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Achutti utiliza a fotografia como um tipo de narrativa que pode dar maior profundidade ao estudo do homem. A mostra tem curadoria de Boris Kossov.  
Visitação: até 29 de julho  
Local e horário: Sala Fahrion, de segunda a sexta-feira, das 10h às 18h  
Entrada franca



## Acervo Cerâmico Itinerante

Mostra de obras produzidas pelos artistas do Núcleo de Instauração da Cerâmica Artística (Nica) do Instituto de Artes da UFRGS.  
Visitação: até o final de 2011  
Local: térreo, 3.º, 4.º e 7.º andares do prédio da reitoria da Universidade  
Entrada franca

## Bom Fim: um Bairro, Muitas Histórias

Exposição faz leitura polifônica do bairro, resgatando movimentos de resistência e mostrando a produção artística de seus moradores. Curadoria do professor Benito Bisso Schmidt.  
Visitação: até 1.º de julho  
Local e horário: Museu da UFRGS, de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h  
Agendamento para visitação de grupos pelo site [www.museu.ufrgs.br](http://www.museu.ufrgs.br)  
Entrada franca

## ONDE?

► **Auditorium Tasso Corrêa**  
Rua Senhor dos Passos, 248 - Fone: 3308-4318

► **Museu da UFRGS**  
Av. Osvaldo Aranha, 277 - Fone: 3308-4022

► **Pça. Central do Câmpus do Vale**  
Av. Bento Gonçalves, 9.500 - Fone: 3308-3933

► **Sala Alziro Azevedo**  
Av. Salgado Filho, 340 - Fone: 3308-4318

► **Sala Fahrion**  
Av. Paulo Gama, 110 - 2.º andar - Fone: 3308-3034

► **Sala Redenção**  
Rua Luiz Englert, s/n.º - Fone: 3308-3933

► **Salão de Atos**  
Av. Paulo Gama, 110 - Fone: 3308-3600

► **Santander Cultural**  
Av. Sete de Setembro, 1028 - Fone: 3287-5500



## Meu Lugar na UFRGS



Denise Grüne Ewald trabalha no CESUP desde a sua instalação

FLÁVIO DUTRA/JU

### Superlugar!

O meu lugar de junho é super. O Centro de Supercomputação (CESUP) foi criado por decisão do Ministério de Ciência e Tecnologia em 1992 e pertence ao Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho (SINAPAD). A UFRGS foi escolhida para abrigar o primeiro computador de alto desempenho do Brasil com o compromisso de atender a toda área de ensino e pesquisa governamental e empresarial do país. Denise Grüne Ewald, atual coordenadora do CESUP, é servidora da Universidade há 30 anos. Na época, foi convidada a estruturar o atendimento aos usuários: "Era um desafio, pois o Centro, desde o seu início, se caracterizou por ser multiusuário e por atender ao país inteiro". O apoio aos pesquisadores sempre foi feito via internet, mas há vinte anos a tecnologia na área ainda engatinhava. "A Rede Nacional de Pesquisa possuía apenas alguns kilobytes de velocidade. Não existia a cultura de utilizar e-mail e recursos como o Skype e Messenger. Apesar disso, conseguimos adotar o atendimento virtual, automatizando a abertura de contas pela página do Centro", afirma.

Denise lembra da chegada do Cray Y-MP, em 1992, equipamento que na época figurava entre os mais rápidos do mundo: "Era top de linha, não existia nenhum na América do Sul com essa tecnologia. Ele desceu do avião e veio direto para a UFRGS em um caminhão acompanhado por batedores da polícia. O veículo não podia trafegar acima de 30km/h por causa dos buracos. Foi um acontecimento". Depois da instalação, foi realizado um dia de portas abertas à comunidade: "Foi uma loucura, pois veio muita gente. Saiu em toda a mídia". Para comprar o computador, o governo brasileiro precisou assinar um acordo com os Estados Unidos, país que exportava a máquina, afirmando que não a utilizaria para desenvolver pesquisas com armamentos e energia nuclear. "Sempre que alguma instituição solicitasse os recursos da máquina, era necessário fazer um pedido para que o Departamento de Comércio norte-americano autorizasse o uso via rede. O uso pelo laboratório nuclear da USP, por exemplo, era proibido", recorda Denise. Além disso, não era permitido que cidadãos de países como a China e o Irã tivessem acesso ao equipamento.

Em 2010, foram atendidos 180 usuários, em 156 projetos, de 23 instituições de ensino de todo país. O CESUP oferece suporte para pesquisadores que precisam de grande capacidade de processamento no desenvolvimento de seus experimentos. "Algumas aplicações necessitam utilizar vários processadores. Isso não é uma coisa trivial. Nós temos máquinas, os Clusters, que realizam esse

trabalho", explica Denise. Núcleos meteorológicos e a indústria automobilística se valem desses recursos para simular a realidade, prevendo o tempo e testando protótipos de carros, por exemplo.

Os primeiros computadores custavam cerca de 6 milhões de dólares. Segundo Denise, "atualmente eles são produzidos por empresas como a Intel e a AMD, sendo vendidos em grandes quantidades, o que reduz o preço. Hoje, com 1 milhão dólares é possível comprar uma boa máquina". O último computador adquirido pelo Centro possui 7 teraflopz de performance – ou seja, 7 trilhões de cálculos por segundo. O desempenho do Cluster Sun Fire, disponível desde 2009, é de 12 teraflopz. "É nossa responsabilidade mantê-los rodando perfeitamente e disponíveis na rede 24h, todos os dias da semana", diz. Mas não é tarefa fácil manter essa estrutura em funcionamento. O trabalho intenso produz muito calor, por isso ele fica instalado em uma sala refrigerada, sendo necessário abastecer esse sistema de energia elétrica constantemente.

Em breve, o CESUP estará de mudança. Um novo prédio será construído para abrigar, além do Centro, recursos humanos e de TI do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA). De acordo com Denise, os equipamentos responsáveis pela refrigeração e manutenção da energia elétrica estão ultrapassados. "Acontecem percalços, pois a estrutura foi montada há 20 anos. Os computadores foram sendo atualizados, mas ferramentas como o *no-brake* e geradores são muito antigas", diz. Nas novas instalações, um andar inteiro será disponibilizado para os Data Centers, com todas as máquinas do CESUP, do CPD e do HCPA. "A transferência resolverá nossos problemas. Teremos auditório e a infraestrutura de energia necessária. Gostaríamos de mudar até o primeiro semestre de 2013", complementa. As evoluções do seu superlugar na UFRGS a deixam orgulhosa: "Meu lugar na UFRGS é o CESUP porque eu ajudei a criá-lo e grande parte da minha vida como servidora foi desenvolvida aqui. É quase como um filho que eu quero ver crescer e se desenvolver".

**Luiz Eduardo Kochhann, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico**

Esta coluna resulta de uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas com as entrevistas aqui publicadas serão exibidos ao longo da programação do Canal 15 da NET diariamente, a partir das 20h10min.

## Perfil

# O modelador das águas

**Carlos Tucci**  
Especialista em hidrologia tem reconhecimento internacional

Jacira Cabral da Silveira

Carlos Eduardo Morelli Tucci, professor do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS (IPH), ganhou, no último mês de março, o International Hydrology Prize, o principal prêmio mundial da Hidrologia, concedido pela Unesco, pela IAHS (International Association for Hydrology Science) e pelo WMO (World Meteorological Organization). Tucci é o primeiro brasileiro e latino-americano a receber esse prêmio, destinado a pessoas com contribuição à hidrologia reconhecida internacionalmente.

O professor atribui a premiação à sua produção científica dos últimos anos, voltada particularmente a sistemas hídricos e de gestão integrada de águas urbanas. Em 2000, ele foi o responsável, como coordenador, pelo desenvolvimento do primeiro Plano Diretor de Drenagem Urbana do Brasil. Tal programa foi implantado na cidade de Porto Alegre e propunha uma mudança na forma de fazer gestão sobre o assunto.

Para Tucci, o homem contemporâneo deve retornar à visão integrada de mundo, postulada pelo indivíduo dos séculos XV e XVI. Especialmente em sua área de atuação e no seu campo de pesquisa, ele refuta o desenvolvimento de uma ciência que aborde as diferentes problemáticas, sejam elas ambientais ou não, de forma isolada: "Precisamos juntar as peças novamente para resgatarmos o olhar integrador do homem da Renascença", observa.

**Peculiaridades** – Nascido em Jaboaticabal, uma pequena cidade de São Paulo, aos quatro anos Carlos mudou-se com os pais e a irmã mais velha para Apucarana, no Paraná. Àquela época, e particularmente naquela localidade com pouco mais de 30 mil moradores, foi possível viver uma infância sem violência, onde as ruas assumiam um tamanho maior daquele que Carlos encontra hoje quando visita a mãe, que segue vivendo no estado paranaense.

"Desde que me dei por gente, trabalho o hoje pensando no amanhã", comenta o pesquisador, quando projeta: "O que quero ser daqui a cinco anos?". Pensando assim, começou a trabalhar aos 13 anos, independentemente da boa situação econômica da família e, anos depois, foi morar sozinho em Curitiba para fazer o ensino médio: "Foi uma experiência boa, porque você aprende a se organizar".

Essa ordem que Carlos afirma ter, entretanto, não deixa evidências tão óbvias para quem convive com ele: "Se falarem de mim vão dizer que sou bagunçado, mas sempre tenho focos, meus focos principais". Essa obstinação tem-lhe rendido muitos frutos ao longo da vida, prova disso foi quando decidiu que iria concluir o curso de Engenharia Civil na UFRGS em quatro anos, o que normalmente é realizado em cinco. "A primeira coisa que fiz quando entrei



FLÁVIO DUTRA/JU

Professor do IPH coordenou o primeiro Plano Diretor de Drenagem Urbana do Brasil

no curso foi elaborar um organograma para me formar em menos tempo."

Logo que se mudou para Porto Alegre para fazer a faculdade, o futuro professor morou por seis meses num hotel no centro da cidade, mas seis meses depois, em função da acolhida entre os gaúchos – aspecto que ele gosta de frisar –, alugou um apartamento com colegas da Engenharia. Era 1968, "ano pesado aquele, eu vi da janela do hotel os brigadianos correndo atrás de estudantes".

Recordando aquele período, Tucci reconhece que poderia, assim como outros estudantes de sua geração, ter participado mais politicamente. Hoje ele avalia que o viés técnico do curso e o fato de estar fortemente focado em seus objetivos profissionais contribuíram para essa postura 'alienada' que agora ele condena.

**Nômade** – Depois da formatura, em 1971, Tucci trabalhou durante alguns meses numa consultoria em São Paulo, mas logo retornou a Porto Alegre, pois surgiu uma vaga de professor no IPH e ele foi convidado a ocupar o cargo. Em 1974, ele fez o concurso, é efetivado e tem a oportunidade de fazer doutorado no exterior, dentro de um programa que o IPH mantinha com a Unesco.

Dessa vez, a mudança não foi solitária; acompanharam-no a esposa Jane e o primeiro filho, André, que tinha pouco mais de um ano de idade. Depois, de volta ao Brasil, tiveram mais dois filhos: Adriana e Rafael. A adaptação ao estado do Colorado, nos EUA, durante o doutorado, foi tranquila, mas Tucci estava preocupado com a esposa, que

havia trancado o curso de Arquitetura para acompanhá-lo. Esse foi um dos motivos, além de sua peculiar determinação, para concluir seus estudos o mais rapidamente.

De regresso ao Brasil em 1979, encontra um país de economia apertada, especialmente em relação às universidades públicas. Era difícil gerenciar o orçamento familiar, o que ajudava eram as atividades práticas externas comuns no IPH, que possibilitavam o engajamento em muitos projetos com remunerações adicionais. Carlos e muitos de seus colegas prestam assessoria em trabalhos de modelagem matemática de processos hidrológicos. Como a tendência brasileira, na época, era de comprar programas prontos nessa área, o grupo de Carlos centrava seu trabalho desenvolvendo tais estudos.

Tucci aposentou-se em 2003, mas segue como professor colaborador na pós-graduação, em que orienta alunos de mestrado e doutorado. Pelas suas contas, já foram mais de 50 orientações ao longo de sua carreira, tanto de estudantes brasileiros quanto de outros países, especialmente da América Latina. Nesse circuito, ele continua ministrando cursos e palestras com temas variados dentro da hidrologia – compromissos que o obrigam a viajar todas as semanas. E nesses permanentes momentos de tráfego aéreo, aproveita para se dedicar a um de seus mais caros hábitos: "Leio tudo o que me cai nas mãos", sorri enquanto responde afirmativamente à esposa que pergunta, do interior da casa, se é para colocar 'todos aqueles livros' no bagageiro do carro para passarem a Páscoa em Gramado.

### Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para [jornal@ufrgs.br](mailto:jornal@ufrgs.br) e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local





# Performance sobre a ausência



“A encenação é uma proposta de vivenciar a história de um presídio político tão ligada ao passado dos gaúchos”

FOTOS E TEXTO **FLÁVIO DUTRA**

Em janeiro passado, o grupo Oi Nois Aqui Traveiz – Tribo de Atuadores Terreira da Tribo montou a peça *Viúvas, performance sobre a ausência*. A encenação, uma espécie de viagem à memória da ditadura militar, usou como cenário as ruínas do antigo presídio da Ilha das Pedras Brancas.

Realizada a partir de fragmentos de texto do chileno Ariel Dorfman, o enredo conta a história de mulheres que lutam pelo direito de saber onde estão os homens que desapareceram durante um golpe militar. O país, hipotético *pero no mucho*, é uma alegoria à situação política da América Latina nos anos 60 e 70.

O local, de acesso restrito e ao qual só se chega de barco, foi um dos lugares nos quais foram encarcerados prisioneiros políticos da ditadura que se impôs no Brasil entre 1964 e 1985. Segundo Paulo Flores, um dos fundadores do grupo teatral, “estamos propondo um resgate em relação à ilha; a encenação é uma proposta de vivenciar a história de um presídio político tão ligada ao passado dos gaúchos”.

Peça para ser vista por poucas pessoas – pela questão do transporte até a ilha e pelas próprias características da encenação, *Viúvas* será montada novamente em setembro deste ano, durante o próximo *Porto Alegre em Cena*.

